
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LUCIANE CARREIRO JORGE SANTOS

**AS PRODUÇÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NO GT 23 DA
ANPED: O QUE SE DIZ SOBRE OPRESSÃO FEMININA NA ESCOLA?**

LUCIANE CARREIRO JORGE SANTOS

AS PRODUÇÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO NO
GT 23 DA ANPED: O QUE SE DIZ SOBRE OPRESSÃO FEMININA NA
ESCOLA?

Orientadora: Professora Doutora ÁUREA DE CARVALHO COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto
de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do
grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro
2021

S237p Santos, Luciane Carreiro Jorge

As produções sobre gênero, sexualidade e educação no GT 23 da ANPED: : o que se diz sobre opressão feminina na escola? / Luciane Carreiro Jorge Santos. -- Rio Claro, 2021

82 f. : il., tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientadora: Áurea de Carvalho Costa

1. Grupos de trabalho. 2. Gênero feminino. 3. Mulheres na Educação. 4. Feminismo e educação. 5. Machismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

A Sylvia, avó, que me toca no sopro do ar
respirado antes, a quem ouço – eco de voz que
emudeceu.

AGRADECIMENTOS

Ao Invisível, que se materializa a cada dia em que vislumbro a consciência prática do humano.

À minhas avós e aos meus avôs, pelo vir a ser dos descendentes liberados, em recusa ao apego à imagem dos antepassados escravizados.

À minha mãe, minhas irmãs, meu irmão e minhas sobrinhas, pelo encontro nesse caminhar.

Ao trio Okiarô, pela amizade tão próxima ainda que distante.

Às professoras e professores do curso de Licenciatura em Pedagogia da UNESP – Rio Claro pelo aprendizado, assim como às amigas, aos amigos e colegas.

À professora doutora Débora Cristina Fonseca e à professora mestra Jaqueline Moreira Ferraz de Lima pela apreciação minuciosa da primeira versão deste trabalho e pelas sugestões que a ele foram incorporadas.

À professora doutora Áurea de Carvalho Costa, pela orientação confiante, pelo trabalho cuidadoso e paciente na correção dos inúmeros textos trocados por *e-mail* e pela presença alentadora durante todo o processo de elaboração desta monografia.

À Reitoria da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro.

É preciso dar os primeiros passos, depois observar atentamente, tatear o campo para os passos futuros, ver com os olhos abertos, não fechar os olhos aos erros, corrigi-los no processo de trabalho, criticamente relacionar-se com o seu trabalho [...]. (KRUPSKAYA, 1912 *apud* PISTRÁK, 2009).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia é uma análise do Grupo de Trabalho (GT 23) “Gênero, Sexualidade e Educação” da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 2004 a 2019. O *corpus* de análise são os 204 textos divulgados nos anais *online*. O objetivo foi identificar as temáticas abordadas para responder à indagação sobre como a questão da opressão feminina na escola tem sido pesquisada e discutida nas produções acadêmicas. Esta pesquisa é introdutória, exploratória e sua abordagem é quanti-qualitativa, pois além das descrições cursivas, sistematiza os dados produzidos por meio de representações estatísticas, esquemáticas e descritivas. Sob o referencial do materialismo histórico e dialético, identifica, caracteriza e classifica os trabalhos de pesquisa do GT 23 em suas especificidades e capta relações e mediações de elementos da realidade a fim de contribuir na elucidação sobre a participação da ANPEd na produção de consensos contra-hegemônicos referentes ao combate ao machismo desde a escolarização na sociedade capitalista, na atual conjuntura de retração de direitos sociais. Nesse sentido, considera-se fundamental, no processo educacional, a discussão da prevenção da violência. Constata-se que o conceito de machismo e sua utilização para a compreensão da situação das mulheres na sociedade brasileira apresenta-se “dissolvido” nas temáticas pesquisadas, notadamente quando as investigações se atêm à diversidade sexual. Os estudos que consideram a combinação da opressão e exploração das mulheres não têm sido elaborados na mesma proporção que os referentes às relações de gênero nos seus processos intersubjetivos, sob o referencial do pós-estruturalismo. Dentre os resultados, destacamos que a autoria de trabalhos publicados é majoritariamente feminina, o que se associa aos processos históricos de feminização e feminilização do magistério e de integração das pesquisadoras às áreas de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, concomitantemente à eclosão do feminismo acadêmico no Brasil nos anos 1970. Sublinha-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas dos estados do Sul e Sudeste assumem a vanguarda na produção acadêmica no GT 23, bem como concentram os financiamentos estatais, revelando que o desenvolvimento regional desigual influenciou a territorialização dessas pesquisas. Conclui-se que na academia, a crítica feminista marxista propõe, por meio de estudos sobre opressão feminina, pensar as relações sociais como centralidade e, no âmbito educacional, tem como desafio enriquecer as teorias pedagógicas contra-hegemônicas por meio da dialética gênero, raça/etnia e classe social, para além das investigações de identidade e papel de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação. Machismo. ANPEd.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión del curso de Licenciatura en Pedagogía es un análisis del Grupo de Trabajo (GT 23) "Género, Sexualidad y Educación" de la Asociación de Estudios de Posgrado e Investigación en Educación (acrónimo em idioma português, ANPED), en el período de 2004 a 2019. El corpus de análisis son los 204 textos publicados en los anales *online*. El objetivo era identificar los temas abordados para responder a la pregunta sobre cómo se ha investigado y discutido el tema de la opresión femenina en la escuela en las producciones académicas. Esta investigación es introductoria, exploratoria y su enfoque es cuanti-cualitativo, porque además de las descripciones cursivas, sistematiza los datos producidos a través de representaciones estadísticas, esquemáticas y descriptivas. Bajo el referencial del materialismo histórico y dialéctico, identifica, caracteriza y clasifica los trabajos de investigación del GT 23 en sus especificidades y capta las relaciones y mediaciones de los elementos de la realidad para contribuir al esclarecimiento de la participación de la ANPED en la producción de consensos contrahegemónicos en torno a la lucha contra el machismo desde la escolarización en la sociedad capitalista, en la actual situación de retracción de derechos sociales. En este sentido, se considera fundamental, en el proceso educativo, la discusión de la prevención de la violencia. Se observa que el concepto de machismo y su uso para entender la situación de las mujeres en la sociedad brasileña está "disuelto" en los temas investigados, especialmente cuando las investigaciones están relacionadas con la diversidad sexual. Los estudios que consideran la combinación de opresión y explotación de la mujer no han sido elaborados en la misma proporción que los referidos a las relaciones de género en sus procesos intersubjetivos, bajo el referencial del postestructuralismo. Entre los resultados, destacamos que la autoría de los trabajos publicados es mayoritariamente femenina, lo que se asocia a los procesos históricos de feminización de la profesión docente y de la integración de las investigadoras a las áreas de conocimiento de las Ciencias Sociales y Humanidades, concomitantemente al surgimiento del feminismo académico en Brasil en la década de 1970. Se destaca que las Instituciones de Educación Superior (IES) públicas de los estados del Sur y Sureste asumen la vanguardia en la producción académica en el GT 23, además de concentrar el financiamiento estatal, revelando que el desarrollo regional desigual influyó en la territorialización de estas investigaciones. Se concluye que en la academia, la crítica feminista marxista propone, a través de los estudios sobre la opresión femenina, pensar las relaciones sociales como centralidad y, en el campo educativo, tiene el desafío de enriquecer las teorías pedagógicas contrahegemónicas a través de

la dialéctica de género, raza/etnia y clase social, más allá de las investigaciones de identidad y rol de género.

Palabras clave: Género. Sexualidad. Educación. Machismo. ANPEd.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA EM GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO	13
3 ANÁLISE DAS TEMÁTICAS E DO FLUXO DOS TRABALHOS NO GT 23	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

O tema da investigação que resultou neste trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Pedagogia é o que foi divulgado nos trabalhos científicos que compõem os anais *online* do Grupo de Estudos (doravante GE) e Grupo de Trabalho (doravante GT) “Gênero, Sexualidade e Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (doravante ANPED) de 2004 a 2019. A problemática pesquisada diz respeito a quais temáticas foram abordadas nos 204 trabalhos de pesquisa apresentados nas 13 reuniões organizadas neste período e, de maneira específica, como a questão da opressão feminina na escola – e uma de suas formas de manifestação, a violência contra as mulheres – foram tratadas nas produções acadêmicas difundidas pelo GT 23 nos eventos da associação.

Levantou-se a hipótese que o debate sobre o machismo na escola se materializa nas produções acadêmico-científicas que abordam fenômenos concretos e que revelam que este é um complexo que demanda aproximações de temas diversos na escola como, por exemplo, a violência contra as mulheres, o sexismo, a divisão sexual de tarefas, os conflitos e as relações intersubjetivas, entre outros. Porém, no GT 23, a temática do machismo se dilui entre outras de igual relevância, como a questão das identidades de gênero, o combate à LGBTfobia e o enfrentamento à “ideologia de gênero”, tornando-o ainda mais rico e multifacetado.

Então, indagou-se: quais as questões referentes às categorias gênero, sexualidade e educação mais frequentemente abordadas no GT 23 da ANPED no período de 2004 a 2019? Qual a relevância da temática específica da opressão feminina na instituição escolar nas pesquisas publicadas neste GT? Dentre os trabalhos de pesquisa, quais têm potencial para orientar as professoras, os professores, as gestoras e os gestores no combate ao machismo na sala de aula e na escola?

Assim, trata-se de uma pesquisa introdutória – por meio de levantamento bibliográfico, leitura, organização e sistematização de análises comparativas das publicações sobre “gênero, sexualidade e educação”, buscou-se identificar, de maneira específica, o tema do machismo (GUTMANN, 2013) na escola, tendo como referências os trabalhos de Accorsi (2018), Araújo (2016), Justen (2018) e Silva Junior (2014).

O referencial teórico que orientou este trabalho de conclusão de curso foi o materialismo histórico e dialético, por meio do qual admite-se a necessidade da análise indissociável da opressão e da exploração (TOLEDO, 2008). Nesse sentido, elegeu-se como pressuposto que as opressões de gênero são manifestações de processo profundo de alienação inerente à sociedade capitalista. Assim, no âmbito da análise de políticas públicas, buscou-se problematizar como

tem se efetivado o debate acadêmico num dos fóruns mais importantes da educação, a ANPED.

Em 2003, durante a 26ª reunião anual da ANPED, foi criado o GE “Gênero, Sexualidade e Educação”, cujo espaço foi conquistado numa conjuntura de avanços das lutas contra as opressões. Esse GE foi o catalisador da união de núcleos de estudos e grupos de pesquisa sobre o tema e transformou-se numa referência para a apropriação das diferentes dimensões desta ampla temática. No ano seguinte, o GE organizou sessões de apresentação de trabalhos, com aprovação de 13 textos, cinco pôsteres, um minicurso, além da exposição de um trabalho encomendado. Em 2005, o GE promoveu a socialização de 13 trabalhos de pesquisa, oito pôsteres, um minicurso e a promoção de uma sessão de conversas. Neste mesmo ano, durante a 28ª reunião anual da ANPED, o GE transformou-se no GT “Gênero, Sexualidade e Educação”, sob a coordenação da professora doutora Guacira Lopes Louro (UFRGS) e vice-coordenação do professor doutor Paulo Rennes Marçal Ribeiro (UNESP/Araraquara).

A investigação, nessa associação, da discussão sobre o combate ao machismo na sala de aula, destacando os limites e as potencialidades dos trabalhos de pesquisa publicados nos seus anais no combate às opressões, desde a formação escolar no ensino básico no sistema público de ensino, que acolhe majoritariamente as filhas e filhos da classe trabalhadora, até o ensino superior, impactado pelas políticas mais recentes de ações afirmativas, requer tanto a ampliação do *corpus* de análise em direção aos outros GT da ANPED como o aprofundamento na exploração dos conteúdos teórico-conceituais dos textos divulgados.

Haja vista a necessidade de pesquisa detalhada sobre as formas de opressão, com foco na opressão machista – que foge aos propósitos desta monografia – foram estabelecidos quatro objetivos específicos para esta investigação e sua exposição: apresentar, nesta introdução, breve histórico do GT 23 e, na seção um, contextualizar seu surgimento ao desenvolvimento da discussão acadêmica da temática “gênero e sexualidade” desde a década de 1970 até os dias atuais no Brasil; sistematizar o volume da produção sobre a temática “gênero, sexualidade e educação” no GT 23 da ANPED, identificando as problematizações mais frequentes nos trabalhos publicados de 2004 a 2019, com destaque para os estudos associados ao problema da pobreza e à condição de classe trabalhadora e captar, a partir das contribuições dos textos, como as investigações referentes à educação para o combate ao machismo têm progredido. Aqui objetiva-se apontar os trabalhos de pesquisa que focam as manifestações da opressão feminina – particularmente a violência contra as mulheres – na escola pública. Planeja-se, em estudos futuros, examinar quais são os resultados mais importantes obtidos nas duas últimas décadas com vistas a compilar os textos que podem se constituir em orientações para o trabalho pedagógico relacionado à temática “gênero e sexualidade” na sala de aula.

A fim de apresentar tanto a sistematização do volume dos trabalhos de pesquisa apresentados no GT quanto a identificação dos assuntos mais ou menos frequentes nas reuniões realizadas no decorrer de 15 anos, foram utilizadas representações gráficas estatísticas, esquemáticas e descritivas – tabelas, gráficos e mapas. De modo a enriquecer a exposição do que se investigou, foram agregados a esta monografia aspectos do fluxo de trabalhos de pesquisa publicados no GT 23 por gênero, características do vínculo institucional das pesquisadoras e pesquisadores cujos textos foram socializados nos anais e informações sobre a presença de financiamento das pesquisas por órgãos federais ou estaduais de fomento.

Quanto à classificação da investigação empreendida, esta alinhou-se ao grupo de estudos exploratórios, cuja finalidade foi possibilitar a transformação do entendimento prévio de conceitos e ideias, de maneira a promover a compreensão mais próxima e global de determinado fato (GIL, 2008). Já a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico manteve, tanto nos processos instrumentais da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), necessários para a categorização temática dos textos publicados nos anais do GT 23, como na fundamentação teórica e conceitual do objeto de estudo a possibilidade da formulação de hipóteses ou interpretações com vistas a investigações posteriores (LIMA; MIOTO, 2007).

Esta monografia, sob o referencial do materialismo histórico e dialético, buscou expor a identificação, a caracterização e a classificação dos trabalhos de pesquisa estudados nas suas especificidades, bem como procurou captar algumas relações e mediações dos múltiplos elementos da realidade, de maneira a possibilitar a compreensão e explicação do conjunto de objetos investigados em sua existência objetiva, isto é, como resultado da prática social humana, produto do trabalho dos indivíduos historicamente situados (MARTINS; LAVOURA, 2018).

Desse modo, as opções técnicas de produção, registro e tratamento dos dados foram menos escolhas individuais a partir de critérios pessoais ou definições procedimentais estabelecidas *a priori* no projeto de pesquisa e mais desenvolvidas e aprofundadas a partir da constatação do que o objeto da investigação “exigiu” – e que a exposição da pesquisa científica aqui exterioriza com relação ao processo de desenvolvimento metodológico. Por isso, indica-se que esta monografia se associa à abordagem quanti-qualitativa da pesquisa educacional que, sob o referencial do materialismo histórico e dialético na investigação em educação, considera imprescindíveis a superação das dicotomias quantidade X qualidade, bem como subjetividade X objetividade, individual X social, indução X dedução (MARTINS; LAVOURA, 2018).

A escrita deste trabalho de conclusão de curso foi organizada em duas seções: na primeira, a produção acadêmica brasileira em “gênero, sexualidade e educação” é apresentada por meio das contribuições que evidenciam tanto as circunstâncias históricas do

desenvolvimento da pesquisa da temática nas Ciências Sociais e Humanas no Brasil, no contexto da expansão do ensino superior e da pós-graduação, como o processo de eclosão do feminismo acadêmico brasileiro nos anos 1970.

A primeira seção apresenta a institucionalização dos “estudos da mulher”, “sobre mulher” e posteriormente “de gênero”, relatada como a tônica dos anos 1980, caracterizada pela criação de diversos núcleos de estudos e pesquisas nas universidades públicas. A década seguinte é marcada pela discussão do uso da categoria gênero – debate vasto e pormenorizado que, em razão dos limites desta monografia e a especificidade do objeto de pesquisa, é considerado preferencialmente em articulação à sexualidade.

Nos anos 2000, a multiplicação dos grupos de estudos e pesquisa em gênero e/ou sexualidade não é acompanhada pela presença destas temáticas nos cursos de graduação e pós-graduação em educação nas universidades brasileiras. Nesse contexto, o GT 23 da ANPEd insere-se na rede de produção de conhecimento acadêmico e tem divulgado trabalhos de pesquisa que compõem um “panorama” do que se elabora na academia e que é divulgado nesta importante associação de pós-graduação e pesquisa em educação.

A seção dois traz uma análise das temáticas e do fluxo de trabalhos do GT “Gênero, Sexualidade e Educação”. Os 204 trabalhos publicados nos anais *online* de 2004 a 2019 são examinados, categorizados e divididos em três agrupamentos temáticos: “gênero, sexualidade e escola”, “gênero, sexualidade e educação” e “gênero e sexualidade”, de acordo com a maior ou menor presença, nos textos estudados, de aspectos intraescolares, de problemáticas educacionais mais amplas e de abordagens que não consideram diretamente a escolarização e a educação.

A distribuição dos trabalhos por gênero, a procedência institucional e local das pesquisadoras e pesquisadores que têm publicado seus resultados de pesquisa nos anais do GT 23 da ANPEd, a participação das IES públicas e privadas nos eventos da associação, bem como o financiamento das investigações científicas são questões discutidas nas subseções, acompanhadas de tabelas, gráficos e mapas, soluções gráficas elaboradas a fim de sintetizar o volume dos dados produzidos nesta monografia e expor seus resultados.

A discreta presença dos debates na perspectiva feminista nos trabalhos de pesquisa publicados nos anais do GT “Gênero, Sexualidade e Educação” apontam para a impreterível necessidade da discussão política do feminismo (MORAES, 1996) e da opressão feminina, intrinsecamente relacionada às opressões de classe social e raça/etnia. A pesquisa educacional sobre a temática pode contribuir para a transformação social emancipadora do gênero humano.

2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA EM GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

A constituição da área especializada do conhecimento “gênero, sexualidade e educação” no Brasil recebeu estímulo do desenvolvimento da pesquisa social no país, por ocasião da eclosão do feminismo acadêmico nos anos 1970 (HEILBORN; SORJ, 1999). As temáticas dos primeiros estudos sobre mulheres emergem durante a etapa histórica do movimento feminista contemporâneo relacionada ao debate político das questões sociais da segunda metade do século XX, que têm no “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, publicado na França em 1949, um dos referenciais impulsionadores dos presentemente denominados estudos de gênero (SCAVONE, 2008).

É no exílio francês que brasileiras, nos anos finais dos 1960 e durante a década de 1970, organizam-se em círculos de debates e grupos de reflexão (MORAES, 1996), articulando à luta anticapitalista e por democracia no Brasil as lições do feminismo francês contra a subordinação da mulher, expressas nas versões socialista e radical do movimento. A “questão feminina” torna-se objeto de estudo e divulgação na revista política “Debate”, publicada em Paris por exilados brasileiros interessados em legitimar o feminismo a partir de análise marxista (MORAES, 1996). Por meio do periódico “Agora é que são elas”, do Círculo de Mulheres Brasileiras e do jornal “Nosotras”, do Grupo Latinoamericano de Mulheres em Paris, são difundidas as discussões políticas que ocorriam na capital francesa (PEDRO; WOLFF, 2007).

Ainda que nos Estados Unidos os *feminist* ou *women’s studies* e os estudos raciais igualmente tenham surgido no contexto dos movimentos de protesto da década de 1960 nas universidades, os “[...] problemas sociais em sociedade altamente desigual impuseram ao feminismo brasileiro uma orientação muito mais moderada no que diz respeito ao confronto entre os sexos e mais articulada ao discurso dominante nas esquerdas.” (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 185-186). Nesse sentido, dentre as hipóteses do desenvolvimento do movimento feminista no Brasil nos anos 1970, há um entendimento de sua origem acadêmica e sua posterior difusão entre mulheres de outros segmentos sociais (HEILBORN; SORJ, 1999).

Não é possível desvincular o surgimento de pesquisas sobre a mulher da transformação e expansão do ensino superior e da pós-graduação no Brasil, especialmente nos anos 1960 e 1970. Cunha (1991) evidencia, neste processo expansionista, o carácter tecnicista das decisões governamentais que se estabeleciam à época, fundamentadas no modelo estadunidense de educação e ainda com forte influência do modelo francês que fora a base da criação e consolidação das universidades brasileiras.

Assim, era a teoria do capital humano que fornecia ao campo educacional brasileiro a explicação produzida por intelectuais da burguesia internacional sobre o fenômeno da desigualdade social (FRIGOTTO, 2006), no contexto do desenvolvimento de projeto societário capitalista dependente em Estado sob regime de exceção. Nessa conjuntura, ao final dos anos 1960 e durante a década de 1970,

[...] o contingente de estudantes do sexo feminino iguala a do masculino; as mulheres recuperam um histórico déficit educacional mas concentram-se preferencialmente em determinadas carreiras, como as de humanidades, mantendo a segregação. O aumento do nível de educação para mulheres levou um bom número delas a mobilizações feministas, assim como as qualifica para a produção acadêmica nas ciências humanas, nicho preferencial onde vieram se inserir os estudos da mulher. (COSTA, 1994, p. 402).

De maneira a detalhar este processo, é razoável buscar na legislação educacional indício que identifique a presença de mulheres integradas à etapa de nível superior do sistema educacional brasileiro. A partir da presidência do militar Eurico Gaspar Dutra, a Lei Orgânica do Ensino Normal assegurava aos alunos concluintes do segundo ciclo desta fase da escolarização o direito de ingresso em cursos das faculdades de filosofia (BRASIL, 1946), a saber Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Pedagogia.

Assim, deu-se a feminização do curso magistério de instrução primária e consequentemente a feminilização da profissão (TAMBARA, 1998) – o que cria a icônica figura da normalista. Isto proporcionou à uma parcela das mulheres brasileiras a inserção na educação superior e o ingresso no mercado de trabalho (PESSANHA, 1994).

São nestas circunstâncias que se destacam, de acordo com Scavone (2011), os trabalhos de pioneiras da pesquisa do objeto que aqui se denomina atual e amplamente “gênero, sexualidade e educação”, também designados “estudos da mulher”, cujas autoras são Saffioti (1969), Madeira e o coautor Singer (1975) e Blay (1978).

“A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” é a tese de livre-docência em Sociologia escrita por Heleieth Saffioti em 1966, publicada em 1969 e republicada em 1976 com pequenas alterações, a partir de pesquisa com professoras primárias e operárias da indústria têxtil de Araraquara. Felícia Reicher Madeira e Paul Singer divulgam nos Cadernos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em 1975, o artigo “Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970”, em que analisam a participação da mulher na força de trabalho através de dados disponíveis nos censos demográficos e agrícolas e em Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Eva Blay¹, em 1978, publica sua tese de doutorado defendida em 1972 e orientada por Aparecida Joly Gouveia² “Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista”.

Para Bruschini e Unbehaum (2002), estes três trabalhos são o marco inicial da produção acadêmica brasileira de estudos sobre mulheres. Costa, Barroso e Sarti (1985) já haviam chamado a atenção para o fato de que a investigação científica sobre mulher no Brasil processou-se a partir da discussão da incorporação da mão-de-obra feminina ao mercado de trabalho capitalista. Estas autoras elencaram uma série de temáticas estudadas advindas da participação da mulher na força de trabalho no campo e na cidade: emprego doméstico, trabalho a domicílio, setor informal, trabalho na indústria, a relação do trabalho com a vida familiar, a mulher e a formação do sistema fabril no contexto histórico, o trabalho feminino e as discriminações, as segregações e os estereótipos a ele inerentes.

Salienta-se, em prosseguimento a essa “tradição sociológica em construção”, o texto de Saffioti (1976) “Trabalho feminino e capitalismo”. A autora concluía, em sua abrangente análise, não haver lugar para a força de trabalho da mulher na estrutura econômica ocupacional de uma sociedade capitalista como a brasileira. Nas circunstâncias históricas vigentes e na lógica do capitalismo àquele momento, a pesquisadora concebia as mulheres, grupo social e politicamente vulnerabilizado como, em expressão do marxismo, “força de trabalho-reserva”.

Quinze anos após a publicação deste artigo científico, Souza-Lobo (1991; 2021), em edição póstuma, apresenta no livro “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência” a compilação de resultados de pesquisas desenvolvidas durante 20 anos com operárias de São Bernardo do Campo, em que discorre sobre a mais-valia feminina a partir do exemplo da empresa De Millus³ e assume a conexão entre os “movimentos de mulheres-movimentos feministas” no Brasil. Constata que “trabalhos das mulheres” foi temática estudada intensamente nos anos 1970 e 1980 na América Latina na área da Sociologia do Trabalho.

Neste contexto, o seminário “A Mulher na Força de Trabalho na América Latina”, realizado em 1978 e organizado pela socióloga Neuma Aguiar, vinculada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), dá origem ao Grupo Temático (GT)

¹ A dissertação de mestrado de Blay (1969) “Mulher, escola, profissão: estudo sociológico do ginásio industrial na cidade de São Paulo” e o trabalho de pesquisa de Saffioti (1969), “Profissionalização feminina: professoras primárias e operárias” classificam-se, de acordo com Rosemberg e Amado (1992), no campo específico da educação da mulher.

² Gouveia (1989) destaca que no Brasil, assim como em outros países, a Sociologia é a ciência social que mais dialoga com a pesquisa em educação.

³ Em 1989, trabalhadoras da fábrica de *lingerie* De Millus protestaram através de greve contra a rotina de “revistas íntimas” ao final de cada turno.

“Mulher e Trabalho” da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), como apontam Costa (1994) e Scavone (2011).

Desse modo, além de focar as condições de vida das trabalhadoras, os estudos sobre mulher no Brasil, denominação mais comum durante os anos 1970 e parte dos 1980, os posteriormente denominados estudos de gênero e das relações de gênero expressaram os processos de integração das pesquisadoras à comunidade científica das Ciências Sociais (HEILBORN; SORJ, 1999) e a articulação do movimento feminista à miríade de movimentos sociais que organizavam as lutas por moradia, por saneamento básico, por creches nas indústrias e universidades, pela anistia aos encarcerados políticos, contra o racismo, pelos direitos indígenas e dos homossexuais (CORRÊA, 2001).

Ressalta-se que a institucionalização no país dos estudos designados atualmente e de maneira ampla feministas seguiu caminho diverso do trilhado nos Estados Unidos. Aqui não se constituíram disciplinas acadêmicas em cursos regulamentados e certificados através de diplomação na área do ensino (HEILBORN; SORJ, 1999; CARUSO, 2019). Por isso, Costa, Barroso e Sarti (1985, p. 14) entendem que houve na academia brasileira, com relação aos estudos sobre mulher, um processo de “guetificação”, o que produziu um

[...] espaço segregado [...], entretanto, não se deve[u] ao modo como foram recebidos no quadro geral das Ciências Sociais, mas também est[eve] relacionado com a perspectiva em que se situaram esses estudos e com o fato de que foram feitos quase em sua totalidade por mulheres.

Costa, Barroso e Sarti (1985) compreendem que a pesquisa sobre mulher no Brasil, antes mesmo de se institucionalizar, isolou-se em gueto, o que pode ser associado ao que Navarro e Barrig (1994 *apud* Souza, 2002) expõem a respeito dos estudos sobre a mulher e das relações de gênero no país. Estas pesquisadoras, em relatório de consultoria a uma agência internacional a respeito destes estudos no Brasil, os assumem como produto das Ciências Sociais e, dessa maneira, destacam características das disciplinas desta área especializada do conhecimento científico – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – que também se encontram nas investigações temáticas das pesquisas feministas. São elas: isolamento relativo na América Latina, concentração da produção acadêmica e de recursos de financiamento científico no Sudeste, intercâmbios regionais limitados e ausência de interdisciplinaridade.

Heilborn e Sorj (1999) consideram que os estudos sobre mulher, estudos de gênero e de relações de gênero na década de 1970 foram o “meio” encontrado a fim de legitimar os resultados do diálogo do feminismo com a academia no Brasil. Assim, investigar “a mulher”

equivalia a produzir conhecimento sobre a condição feminina e, ao mesmo tempo, denunciar os lugares de exploradas/subordinadas/oprimidas que as mulheres ocupavam na sociedade brasileira (HEILBORN; SORJ, 1999). Sarti (2001) assinala que a militância brasileira feminista dos 70 foi produto da resistência das mulheres contra a ditadura após a derrota da luta armada e a solução encontrada por elas na assimilação das perdas políticas e pessoais neste período.

Além do trabalho de acadêmicas nas universidades, um centro de pesquisas e estudos científicos se destaca no desenvolvimento das pesquisas sobre a mulher. Criada em 1964, a Fundação Carlos Chagas, entidade de direito privado sem fins lucrativos com sede em São Paulo, passa a contar a partir de 1969 com o Departamento de Pesquisas Educacionais (DPE), que reunia pesquisadoras e feministas sob a direção da cientista social Carmen Barroso (BRUSCHINI, 1996). Data de 1971 o início da publicação da revista científica *Cadernos de Pesquisa*, que desde então divulga, entre outros, os resultados das investigações ali empreendidas.

O ano de 1975, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, no contexto da realização da I Conferência Internacional que reuniu mais de uma centena de delegações governamentais e milhares de ativistas de organizações não-governamentais (ONG) na cidade do México sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” (ONU MULHERES BRASIL, 2021), é definido por estudiosas do feminismo brasileiro como o momento histórico impulsionador do movimento no Brasil (SARTI, 2001; BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002; SCAVONE, 2011).

Moraes (2020, p. 16), para efeito de comparação, recorda que os movimentos feministas europeus, nessa época,

[...] viviam seu apogeu. A Itália, sede da então toda poderosa Igreja Católica, aprovara o divórcio em 1970 e descriminalizara o aborto em 1978, na França o divórcio data de 1792, no bojo da Revolução Francesa e a lei que permite a interrupção voluntária da gravidez foi promulgada em 1976, enquanto [...] na Inglaterra o aborto fora descriminalizado em 1968 e o divórcio data de 1973.

No Brasil, comandado pelo general Ernesto Geisel, no movimento de distensão “lenta, segura e gradual” do regime ditatorial empresarial-militar instalado em 1964, a ação repressiva estatal torturava e executava militantes políticos, censurava previamente as artes e o acesso à informação e reprimia manifestações; por outro lado, o milagre econômico brasileiro era confrontado pelo Movimento do Custo de Vida (MCV), posteriormente conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC), por meio de uma carta das mães da periferia de São Paulo

ao presidente, demais autoridades e povo em geral (MONTEIRO, 2015), reivindicando ao governo melhores salários, creches e escolas.

A partir da segunda metade da década de 1970, os jornais da imprensa feminista alternativa “Brasil Mulher” e “Nós Mulheres”, instrumentos de divulgação dos coletivos de mulheres organizadas, dentre elas militantes políticas que haviam retornado ao país, passaram a veicular temas gerais (eleições de 1976 e 1978, movimento pela anistia, campanhas contra a carestia e por creches) e específicos (direitos reprodutivos da mulher, direitos trabalhistas no contexto da diferenciação salarial, do trabalho noturno e da profissionalização feminina e questões a respeito da violência doméstica), pautas que não encontravam espaço nos jornais da mídia impressa oficial (LEITE, 2003).

É em 1975 que na 27ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) duas mesas organizadas sobre o tema “Contribuições das Ciências Humanas para a Compreensão da Situação da Mulher” são realizadas na cidade de Belo Horizonte pelo Coletivo de Pesquisas sobre Mulher (CPM) da FCC, fundado no ano anterior (COSTA, 1988; SCAVONE, 2011). Neste simpósio foram apresentados os resultados parciais da tese de Glaura Vasques de Miranda, que enfocavam a educação da mulher, classe social e participação nas atividades econômicas, o de Carmen Barroso e Guiomar Namó de Mello sobre o acesso feminino ao ensino superior, o de Maria Malta Campos e Yara Lúcia Esposito intitulado “Relação entre o sexo da criança e aspirações educacionais e ocupacionais da mãe” e o de Fúlvia Rosenberg, “A escola e as diferenças sexuais” (ROSEMBERG; AMADO, 1992). Estes trabalhos foram publicados, no mesmo ano, em número especial da revista Cadernos de Pesquisa.

Rosemberg, Piza e Montenegro (1990) entendem que o primeiro ato público do por elas denominado neofeminismo⁴ teve lugar na cidade do Rio de Janeiro durante o seminário “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, coordenada pela Associação Brasileira da Imprensa (ABI) e patrocinada pelo Centro de Informações da ONU (MELO; SCHUMACHER, 1981). Rosemberg e Amado (1992) apontam os dois trabalhos apresentados nesta semana de debates por pesquisadoras da FCC e também publicados nos Cadernos de Pesquisa em 1975: “Estereótipos sexuais na escola”, de Guiomar Namó de Mello e “A mulher na literatura infanto-juvenil: revisão e perspectivas”, de Fúlvia Rosenberg. Sublinha-se que os estudos sobre mulher na educação, de maneira geral, focalizavam as oportunidades

⁴ As autoras, nos anos 1990, utilizaram o prefixo *neo* para diferenciar a segunda onda feminista das lutas das mulheres pelo voto nos anos 1920 e 1930.

educacionais diferenciadas entre homens e mulheres e a assimetria sexual (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985).

Nesse mesmo ano e na cidade de São Paulo, na Câmara Municipal, foi realizado o “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista”, patrocinado pelo Centro de Informações da ONU e pela Cúria Metropolitana, gerida pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. A vinculação das acadêmicas feministas aos movimentos sociais é enfatizada por Moraes (1990, p. 15) pois o objetivo do evento era

[...] traçar, em conjunto com representantes das sociedades amigos de bairros, sindicatos, entidades de pesquisa, associações em geral e pessoas interessadas, um programa específico para cada entidade, cujo objetivo principal ser[ia] o de estimular a mulher a participar cada vez mais da vida associativa [...].

Ainda em 1975, a criação do Programa de Pesquisas sobre o Trabalho e a Educação da Mulher (PPTM) na FCC fomenta o desenvolvimento de estudos individuais, de investigações bibliográficas, de um concurso de pesquisas e de um centro de documentação (SOUZA, 2002). Em 1978 a Fundação Ford (FF) inicia apoio financeiro a FCC em concursos nacionais de bolsas para projetos de pesquisas sobre a condição feminina – neste ano, dos 127 projetos inscritos, 52 enfocavam o tema “trabalho”; dos 20 selecionados, nove se referiam ao “trabalho feminino” (BRUSCHINI, 1994).

A Fundação Ford, presente no Brasil desde 1962, e a Fundação MacArthur são fundações privadas de origem estadunidense que historicamente concedem recursos financeiros a pesquisas e programas de formação de pesquisadores, inclusive aos estudos sobre mulheres, gênero, feminismos e/ou sexualidade (FACCHINI, 2016).

Heilborn e Sorj (1999) sublinham o papel da FF na legitimação desta área do conhecimento no Brasil, ao mesmo tempo em que reforçam o entendimento de que o vínculo entre a produção acadêmica especializada e o “viés militante” feminista servia aos propósitos de intervenção social desta agência internacional, por meio de contribuições teóricas e metodológicas e estudos inovadores para o desenvolvimento de políticas públicas submissas ao paradigma ideológico capitalista da equidade que, na perspectiva neoliberal, se refere às políticas de conciliação de classes – uma vez que parte da premissa que as desigualdades são naturais, insuperáveis e decorrem dos talentos individuais (HAYEK, 2017).

Com relação à produção científica nas universidades, Bruschini e Amado (1988), através de levamento de teses e dissertações sobre o magistério elaboradas a partir de 1975 em

quatro bibliotecas públicas do estado de São Paulo⁵, verificam pouca articulação do conhecimento produzido pelos estudos da mulher à pesquisa educacional. Da mesma maneira, as investigações científicas das questões educacionais examinadas demonstram relutância, aversão ou desconhecimento por parte de quem as empreendia sobre a contribuição dos estudos da mulher para a área da educação (BRUSCHINI; AMADO, 1988).

A integração das acadêmicas estudiosas da mulher em núcleos de estudos e pesquisas marca os anos 1980. Costa e Sardenberg (1994) indicam que o primeiro a ser criado foi, sob responsabilidade da socióloga Fanny Tabak em 1980, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); em 1981, institucionalizou-se o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), na Universidade Federal do Ceará (UFC). No ano de 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) foi constituído na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 1984, o Núcleo Indisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM) despontou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, assim como o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Núcleo de Estudos da Mulher na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Costa e Blay (1992, *apud* SCAVONE, 2011) apontam a criação de 10 Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações de Gênero entre 1980 e 1990 no país; nota-se que o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da USP, criado em 1985 adota, em 1988, a denominação Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE). Costa e Sardenberg (1994, p. 394) demarcam o I Encontro Nacional de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras, articulado pelo NEMGE/USP, como elemento de constatação de que os núcleos constituídos eram guetos femininos dentro das universidades, isto é, “[...] centros – incluindo-se os GT’s [sic] da ANPOCS e das outras Associações – [que] ainda sofr[iam], por assim dizer, da ‘síndrome do umbigo’, isto é, [...] grupos de mulheres, escrevendo sobre mulheres, para um público composto essencialmente por mulheres.”.

Nesse sentido, Rosemberg (1993) chama a atenção para a expansão da temática mulher/gênero nas “brechas” da institucionalização das humanidades na universidade brasileira nos anos 1980. O número de acadêmicas ainda era pequeno porém se renovava, no contexto de uma rede cuja “trama” era elaborada de maneira informal, sujeita a fragilidades como as interrupções temporárias das atividades de determinados núcleos (ROSEMBERG, 1993).

⁵ A pesquisa foi realizada nas bibliotecas setoriais de Educação da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Biblioteca Ana Maria Poppovic da FCC.

Especificamente com relação à temática educação formal da mulher brasileira, Rosenberg, Piza e Montenegro (1990), em trabalho de estado da arte e de bibliografia anotada, encontraram, de 1975 a 1989, 755 títulos referentes à produção acadêmica sobre o tema, entre dissertações, teses, artigos de revistas científicas, livros, relatórios de pesquisa, trabalhos apresentados em congressos e encontros e resumos publicados em anais. Notaram entre os estudos da mulher e a educação

[...] um fosso entre ambas as áreas de produção de conhecimento. São dois guetos que coexistem, ignorando-se quase que totalmente. As interações são fortuitas e ocasionais, tanto na literatura reflexiva sobre o conhecimento produzido, quanto na própria produção de estudos e pesquisas. O que marca e dá o tom é a separação. (ROSENBERG; PIZA; MONTENEGRO, 1990, p. 9).

Em pesquisa posterior, Rosenberg (2001) encontrou na base de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), no período de 1981 a 1989, 65 teses/dissertações sobre educação da mulher e relações sociais de sexo/gênero. À pesquisadora parece que o aumento anual do número de trabalhos de pesquisa sobre a temática estava relacionado mais à expansão da pós-graduação em educação do que propriamente ao desenvolvimento da área especializada do conhecimento. Além disso, destaca a prevalência de dissertações sobre teses, a autoria e orientação de mulheres, a distribuição heterogênea dos trabalhos de pesquisa no território nacional e a divulgação inconsistente dos resultados das investigações.

Blay, Uehara e Viaro (1990 *apud* Rosenberg, 2001) identificaram na USP, entre 1985 e 1989, 120 trabalhos de pesquisa, entre dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre-docência inclusos na área dos estudos da mulher. Destes, apenas sete examinavam a educação e apenas um fora defendido na Faculdade de Educação, o que aponta para a pequena confluência da pesquisa educacional com as investigações que tematizavam a mulher neste período específico, em uma das maiores universidades do país.

Heilborn e Sorj (1999) consideram que é a partir da década de 1980 que gradativamente a denominação “estudos da/sobre mulher” é substituída por “estudos de gênero”. Em artigo intitulado “Uma contribuição ímpar: Os *Cadernos de Pesquisa* e a consolidação dos estudos de gênero”, Costa e Bruschini (1992) dividem o processo de implementação do campo de estudos mulher/gênero em três etapas: de 1975 a 1978, fase da ênfase na visibilidade das mulheres e da crítica dos paradigmas teóricos; de 1978 a 1985, período de consolidação da legitimidade e crescimento da área tanto em participação em novos espaços sociais quanto em diversidade temática e, a partir da segunda metade da década de 1980, o terceiro momento caracterizado

pela institucionalização, pelas teorizações sobre as relações de dominação/subordinação entre os sexos e pela utilização do conceito de gênero.

Nos Estados Unidos, desde a década de 1970, os estudos de mulher, assim como os de gênero, os estudos *gays*, lésbicos, transgênero/transexuais, *chicanos*, hispânicos, latinos, nativo-americanos (ameríndios) e de raça ocupam posição de liderança e destaque no campo acadêmico (LEVI, 2007). Nesse sentido, o debate político-científico em torno das categorias de sexo e gênero, provenientes das pesquisas médicas nos anos 1950, teve continuidade entre a comunidade acadêmica estadunidense (ZIRBEL, 2007). No Brasil, nos anos finais dos 1980, a terminologia gênero passa a ser objeto de discussões específicas entre estudiosas feministas e a constar em títulos, subtítulos, resumos e palavras-chave de trabalhos acadêmicos (ZIRBEL, 2007).

O termo *gender role*, que pode ser traduzido como “papel de gênero”, foi utilizado em 1955 por John Money, no contexto da diferenciação sexual entre meninas e meninos (LEITE JÚNIOR, 2008). As práticas e produções teóricas do médico pediatra e psicólogo infantil do Hospital e Escola de Medicina Johns Hopkins orientaram a criação do “protocolo Money” para as operações cirúrgicas de redefinição da genitália de crianças intersexuais e de meninos com micropênis (CORRÊA, 2004). Na década de 1960, é o psiquiatra e psicanalista estadunidense Robert Stoller que usa a expressão “identidade de gênero”, seguida pelo conceito de “identidade de gênero nuclear”, reafirmando a existência do “verdadeiro gênero” como aquele desenvolvido e estabelecido de forma imutável na primeira infância (LEITE JÚNIOR, 2008).

Bento (2006) chama a atenção para o período histórico marcado por transformações políticas, comportamentais e sexuais em que Money desenvolve seus estudos e suas primeiras cirurgias de transgenitalização: a ciência médica e as instituições sociais a ela mais diretamente ligadas, nos anos 1950, 1960 e 1970, garantiriam a diferenciação entre os sexos através do desenvolvimento heterossexual normal, a partir da definição da aparência dos genitais. As diferenças entre homens e mulheres, concentradas nos aspectos reprodutivos e da anatomia sexual, em articulação aos “papéis sexuais”, seriam utilizadas contra a constituição de outra “identidade sexual” ambígua, “anormal” ou homossexual (LEITE JÚNIOR, 2008).

De maneira ampla, na língua portuguesa, a tradução do termo *gender*, no contexto do desenvolvimento dos estudos e pesquisas da teoria e da crítica feministas, passa a significar, além da distinção gramatical do masculino e do feminino, já consagrada nos dicionários, a construção social ou cultural do sexo (MACEDO; AMARAL, 2005).

Mathieu (2009), a partir de sua posição intelectual como fundadora e teórica do feminismo materialista francês (FALQUET, 2014), lamenta que, embora a construção social

das diferenças entre os sexos tenha sido abordada por autor e autoras com grande reconhecimento, como Friedrich Engels, Margaret Mead, Virginia Woolf e Simone de Beauvoir, foi e é uma questão marginal na produção das Ciências Humanas. Nos debates do movimento de mulheres e nos posteriores estudos feministas, Mathieu (2009) identifica três tendências conceituais da relação entre sexo e gênero, que é o que se pretende destacar na investigação sobre a área especializada de conhecimento “gênero, sexualidade e educação”.

Assim, há uma tendência ligada a uma linha da psicanálise, fundamentada no sexo, que assume homens e mulheres como diferentes, com a mulher impossibilitada de adquirir psicológica e socialmente sua individualidade; uma corrente que compatibiliza a ambiguidade entre sexo e gênero, concebendo modos de construção do gênero pela elaboração cultural da diferença sexual, em denúncia e análise das desigualdades entre os sexos a fim de reorganizar os dois gêneros e a apresentada na França pelo coletivo da revista “Questões Feministas”, que considera os sexos como classes, no sentido marxista, instituídas pela e na relação de poder dos homens sobre as mulheres, de modo que o sexo é uma construção do gênero (MATHIEU, 2009).

Sardenberg (2014), ao constatar o emprego do “gênero” em diferentes contextos disciplinares, assumindo novos e diversos sentidos ao longo do tempo e para além da academia, relembra a expressão que Silva, Grossi, Miguel e Maluf (1989) utilizaram, de maneira provocativa, para designar os múltiplos usos do conceito: seria “gênero” um “coração de mãe”? À vista disto, diante dos limites desta monografia, destacam-se elementos relevantes para a compreensão de nuances da discussão ao mesmo tempo vasta e pormenorizada da utilização desta categoria, no contexto da influência da discussão política do feminismo (MORAES, 1998) e do debate do conceito de sexo nas perspectivas científicas das análises qualitativas (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Em 1975 a antropóloga estadunidense Gayle Rubin publica o artigo “*Tre traffic in women: notes on the ‘political economy of sex’*”⁶ em que por meio de leituras de Claude Lévi-Strauss, Karl Marx, Friedrich Engels, Sigmund Freud e Jacques Lacan se apropria de instrumentos conceituais destes autores a fim de elaborar descrições de parte da vida social, por ela denominada “sistema de sexo/gênero”. Este é definido preliminarmente como “[...] uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas.” (RUBIN, 1993).

⁶ O artigo foi traduzido e publicado no Brasil em 1993, pelo SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, organização da sociedade civil fundada em 1981, com sede na cidade de Recife.

Rubin, em 1984, divulga “Pensando sobre o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”⁷, em que diverge do entendimento expresso em seu trabalho anterior, reconhecendo a importância da separação analítica entre gênero e sexualidade (MONCAU, 2018). No ano de 1986, a historiadora estadunidense Joan Scott publica “*Gender: a useful category of historical analysis*”, traduzido para o português em 1990 e em 1995 e divulgado na revista Educação & Realidade. Em diálogo com as obras de Michel Foucault e Gilles Deleuze, a autora busca destacar o caráter comparativo, transversal e mutante da categoria analítica gênero – esta explicitaria as relações sociais de poder e poderia ser usada em diferentes sistemas de gênero e nas relações destes com raça, classe ou etnia (SCOTT, 1992 *apud* SCAVONE, 2008).

Teresa de Lauretis, em 1987, difunde em “A tecnologia do gênero” a crítica deste conceito e dos conceitos derivados que se apoiam na diferença sexual entre homens e mulheres: feminilidade, escrita feminina, cultura da mulher, maternidade. Desenvolve a concepção de sujeito social “engendrado”, isto é,

[...] constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais [...] na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido. (LAURETIS, 1994, p. 208).

Saffioti (1994) ressalta, na abordagem de Lauretis (1994), a compreensão de que gênero é elemento normatizador das relações sociais porém, ao mesmo tempo, conserva o vigor da transformação social, pois as mulheres historicamente situadas constroem e desconstróem o gênero em espaços que “[...] coexistem concorrentemente e em contradição. O movimento entre eles, portanto, não é de uma dialética, integração, combinatória, ou o da *differánce*, mas sim a tensão da contradição, da multiplicidade, da heteronomia.” (LAURETIS, 1994, p. 238).

Em 1989, Judith Butler publica “*Gender Trouble*”⁸ nos Estados Unidos, livro em que desenvolve a teoria da performatividade de gênero; em linhas gerais, investiga como este se forma e, dessa maneira, constrói a ideia de que a expressão de gênero é direito e liberdade fundamentais (BUTLER, 2017). Sobre o trabalho desta autora, Saffioti (1994) ressalta o entendimento do gênero como relação entre sujeitos socialmente construídos em determinadas condições históricas. Portanto, compreender o gênero neste contexto é

⁷ Este ensaio de Rubin é publicado na revista Cadernos Pagu em 2003.

⁸ No Brasil, foi publicado em 2003 sob o título “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, pela editora Civilização Brasileira.

[...] fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante da relação de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também as relações homem-homem e mulher-mulher. [...] A adequada compreensão deste fenômeno responderá pela formulação de estratégias de luta com maior potencial de êxito, enquanto a singularização do inimigo pode fazer perder de vista o nó constituído pelas três contradições sociais básicas: gênero, raça/etnia, classe social. (SAFFIOTI; CANÇADO; ALMEIDA, 1992, p. 37 *apud* SAFFIOTI, 1994, p. 275-276).

Esta simbiose dos três sistemas de dominação-exploração – patriarcado-racismo-capitalismo – privilegia sobretudo o homem branco, rico e adulto e, de maneira secundária, a mulher branca, rica e adulta; porém, o “poder do macho”, o machismo, se faz presente tanto nas classes dominantes quanto nas subalternas, entre brancos e não-brancos, pois “[...] não se pode negar que a última colocada na ordem das bicadas⁹ é uma mulher. Na sociedade brasileira, esta última posição é ocupada por mulheres negras e pobres.” (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

A expressão “relações de gênero”, nas Ciências Sociais, tem sido usada principalmente para demarcar, na perspectiva culturalista, que mulheres e homens não são produtos da sexualidade biológica, e sim de relações sociais que se conformam em estruturas de poder (MORAES, 1998). O gênero, assim entendido, da mesma maneira que raça/etnia e classe social, é um “alicerce” por meio do qual o poder se distribui e é exercido na sociedade (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Dessa maneira, relações de gênero é

[...] categoria concebida para apreender um conjunto complexo de relações sociais, para referir-se a uma movente configuração de processos sociais historicamente variáveis. [...] Através de relações de gênero, dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Homem e mulher são postos como categorias excludentes.” (FLAX, 1987, p. 628 *apud* SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 197).

No entanto, o masculino e o feminino são padrões sociais propagados ideologicamente como contrários que se complementam; o movimento feminista, como força política radical, disto discorda e centra seus esforços na crítica indissociável do poder e do conhecimento dominantes (MACKINNON, 1989; SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Nesse sentido, o feminismo (ao menos esta “versão”) constrói uma teoria em que a sexualidade é uma das formas de poder – são as manifestações do gênero que corporificam a sexualidade: esta possui gênero, assim como este é sexuado (MACKINNON, 1989).

⁹ Saffioti (1997) discorre sobre a “ordem das bicadas” humanas, socialmente constituída em diversas gramáticas (conjunto de regras) construídas sobre os eixos de hierarquizações de gênero, raça/etnia e classe social.

No bojo desta teorização, com relação à produção de conhecimento científico, esta depende das condições materiais de existência e da posição dos sujeitos na estrutura social – porém, através da ideologia, tanto a ciência quanto o conhecimento de senso comum, partícipes da conservação da atual organização social de gênero, constroem explicações das origens dos fenômenos sociais e as localizam ou no reino da natureza ou no plano divino (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Com relação à adoção do conceito de gênero apenas em substituição aos termos mulher e feminismo com vistas à aceitação da área especializada do conhecimento na academia brasileira, Heilborn e Sorj (1999) alertam para o processo de despolitização da problemática que, por ser originária do movimento feminista, é alvo de preconceitos. Para Sardenberg (2014), os estudos de gênero trazem consigo uma acepção mais “austera”, menos “contagiada”, talvez mais objetiva do que estudos sobre mulheres e estudos feministas, o que facilitou a conquista dos espaços acadêmicos por algumas pesquisadoras. A “fuga do gueto dos estudos sobre mulheres” é outorgada pela substituição dos termos (HEILBORN, 1992; COSTA; SARDENBERG, 1994).

De maneira ampla, Federici (2019) lança a hipótese de que o feminismo sob o patrocínio da ONU – o “feminismo global” – foi e é responsável pela despolitização dos movimentos de mulheres ao redor do mundo. A fim de domesticá-los, devido à potencialidade revolucionária contrária às estruturas opressoras – patriarcado, racismo e capitalismo – esta organização, por meio da política das conferências internacionais, a partir de 1975, utiliza as mulheres como “modelos” em “vitrine democrática”, com o propósito de legitimar e apoiar a agenda neoliberal desenvolvida e implementada por este organismo internacional (FEDERICI, 2019). Especialmente a partir de 1995, após a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher em Pequim, sob o lema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, o *gender mainstreaming*¹⁰ nomeia a estratégia do conjunto de políticas de gênero e desenvolvimento econômico elaborada por esta instituição (PONTES, 2018).

Saffioti (2004) chama a atenção para o fato de um dos maiores bancos de desenvolvimento, o Banco Mundial (BM), apenas conceder recursos financeiros a projetos que se fundamentem no recorte de gênero. Esta autora sustenta que o conceito de gênero não deve ser utilizado exclusivamente, e sim de forma simultânea ao de patriarcado¹¹, “[...] já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a

¹⁰ De maneira simplificada, a expressão pode ser traduzida como “tendência de gênero”.

¹¹ Patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é conceito de ordem política que explicita o vetor da dominação-exploração – são sinônimos: androcentrismo, falocracia, primazia masculina (SAFFIOTI, 2004).

história e o segundo qualificando o primeiro [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 132). Assim, os estudos sobre mulher(es), a categoria social dominada-explorada pela dos homens, não precisam ser substituídos pelos de gênero, pois é fundamental que se registre a atuação histórica das mulheres (SAFFIOTI, 2004).

De modo a rearticular o entendimento de como se constitui no Brasil a área especializada de conhecimento “gênero, sexualidade e educação”, assinala-se que, de acordo com Carrara e Simões (2007), não é possível separar, no processo de institucionalização acadêmica dos anos 1980 e 1990, os estudos de sexualidade dos de gênero. Facchini (2016), através de entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores da segunda geração de estudiosas e estudiosos que dedicaram-se à temática gênero e/ou sexualidade e que haviam iniciado cursos universitários entre o período mais violento da ditadura e a redemocratização, aponta que outros processos de institucionalização tiveram lugar nestas décadas: o delineamento de um campo político dos movimentos sociais e de suas relações com o Estado, outro relacionado ao aumento da visibilidade da legitimação dos direitos das mulheres e de LGBT e, na academia, o financiamento das pesquisas sobre gênero e/ou sexualidade por órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O concurso de bolsas para projetos de pesquisa sobre a situação da mulher no Brasil, inicialmente sustentado com recursos da FF, foi sucedido pelo Programa de Treinamento em Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos na América Latina e Caribe (PRODIR), patrocinado pela Fundação MacArthur (FACCHINI, 2016). Com apoio da FF, a partir de 1996, com a realização de 12 edições regionalizadas, o Programa de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, organizado pelos Institutos de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ), de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA e de Saúde de São Paulo (SES-SP), pelo Núcleo de Estudos da População (NEPO) “Elza Berquó” da Unicamp e pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) formou 200 especialistas e concedeu mais de uma centena de bolsas de pesquisa (AQUINO; BARBOSA; HEILBORN; BERQUÓ, 2002; FACCHINI, 2016).

A FF apoiou, em 1992, a criação da Revista Estudos Feministas, então sediada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esta e a Cadernos Pagu, editada pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero, atual Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, são dois dos periódicos que divulgam as temáticas gênero e/ou sexualidade (GROSSI, 2010; FACCHINI, 2016). No início dos anos 1990 também surge a ONG Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e, em 1994,

a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas – RedeFem, por iniciativa de pesquisadoras de diversas universidades brasileiras (MATOS, 2006).

A partir dos anos 2000, o Programa de Apoio a Projetos em Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (PROSARE), desenvolvido pela Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), entidade civil ligada ao CEBRAP envolvida na construção de agenda sobre esta pauta, realizou concursos para propostas de intervenção institucional, apoiados financeiramente pela Fundação MacArthur. Com recursos da FF, o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)¹², desde 2002 promove seminários, difundindo conhecimento sobre sexualidade e direitos humanos através da publicação de livros, de uma revista eletrônica e de portal na internet, além de investigações científicas e cursos de formação (FACCHINI, 2016).

Facchini, Daniliauskas e Pilon (2013) catalogaram, ao final de 2011, 905 grupos de pesquisa relacionados a mulheres, gênero e/ou sexualidade ativos no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq – 72,5% deles formados entre os anos 2002 e 2011 e, entre os que estudavam e pesquisavam gênero e sexualidade de maneira conjunta, 23% destes pertenciam à área de conhecimento da Educação (FACCHINI, 2016).

Além da multiplicação dos grupos de estudos e pesquisa em gênero e/ou sexualidade na primeira década dos anos 2000, Facchini (2016) aponta características da nova geração de pesquisadoras e pesquisadores que dedicam-se à temática: maior circulação pelos espaços acadêmicos do país, produção de dissertações e teses relacionadas aos temas desta área especializada de conhecimento em maior proporção que as gerações anteriores, entendimento da importância do estabelecimento de diálogo com os movimentos sociais e os órgãos governamentais, desenvolvimento de investigações no campo dos direitos, da família e da parentalidade, participação em eventos de discussão de gênero, dos feminismos e/ou sexualidade, organização de encontros interdisciplinares relacionados a este campo de conhecimento e atuação em novas publicações periódicas.

Meyer, Ribeiro e Ribeiro (2003) chamaram a atenção para a lacuna curricular da temática gênero e sexualidade nos cursos de graduação e pós-graduação em educação do país. Carvalho e Rabay (2015, p. 122), a respeito especificamente do tema “gênero”, indicaram que este “[...] não se transversalizou nos currículos [...] da área de educação, nem tampouco nos currículos dos demais cursos superiores.”. De maneira ampla, Rosemberg (2001) já insistia sobre a necessidade de ultrapassar as dificuldades de ingresso das elaborações da academia a

¹² O CLAM é um projeto do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS-UERJ, vinculado a centros congêneres instalados nos Estados Unidos, na África e na Ásia (CLAM, 2008).

respeito da temática na disputa da agenda de formulação e implementação de políticas públicas de igualdade de gênero.

O GT 23 “Gênero, Sexualidade e Educação” da ANPED, neste sentido, firma-se, por meio de sua diversidade teórico-metodológica e temática, como rede de produção de conhecimento acerca das

[...] diferenças e de desigualdades de gênero e sexualidade, [...] de processos sociais mais amplos que marcam e discriminam sujeitos como diferentes, tanto em função de seu corpo e de seu sexo quanto em função de articulações [...] com raça, classe social, religião, aparência física, nacionalidade, etc. (MEYER; RIBEIRO; RIBEIRO, 2003).

Os trabalhos publicados neste GT a partir de 2004 a 2019 são, no capítulo seguinte, examinados a fim de catalogar as características gerais da produção acadêmica da área especializada “gênero, sexualidade e educação” nos eventos da associação.

3 ANÁLISE DAS TEMÁTICAS E DO FLUXO DOS TRABALHOS NO GT 23

Dentre as características gerais dos trabalhos científicos do GT 23 “Gênero, Sexualidade e Educação” publicados¹³ nos anais das reuniões da ANPEd de 2004 a 2019 – 27ª a 39ª reunião – elegemos como aspectos a analisar, dentro dos recortes desta monografia, o número de publicações, no âmbito de diferentes subtemas e objetos de pesquisa, o fluxo de trabalhos aprovados por gênero, a procedência das instituições no território nacional a eles vinculadas e o financiamento das pesquisas que são difundidas por meio dos textos socializados.

A investigação científica empreendida exigiu, em sua etapa preparatória, a construção de ferramentas de análise dos trabalhos de pesquisa do GT 23. Inicialmente, o material selecionado foi organizado em 13 quadros compostos pelo ano e número da reunião, título do texto e autoria vinculada à instituição de procedência do trabalho divulgado nos anais de cada reunião da ANPEd.

Objetivou-se, através desta ferramenta, organizar os dados brutos obtidos de forma a garantir melhor visualização do universo bibliográfico examinado e o tratamento dos resultados das leituras metódicas do material definido para a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), utilizada para evidenciar e sistematizar o que se expressa nos trabalhos que compõem a investigação.

Compreende-se, nesse sentido, que a análise de conteúdo é um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42, grifos da autora).

Tencionou-se responder à questão norteadora específica da pesquisa: quais são as problemáticas referentes à tríade conceitual gênero, sexualidade e educação mais frequentemente abordadas no GT 23 da ANPEd? Com base nesta indagação, os dados foram organizados e submetidos à análise, o que possibilitou novas aproximações sucessivas do objeto de estudo da pesquisa bibliográfica (LIMA; MIOTO, 2007) em processo reflexivo gerador de novas e múltiplas mediações (PONTES, 1995). O proceder metodológico resultou em descrições cursivas e representações ilustrativas estatísticas, esquemáticas e descritivas (tabelas, gráficos e mapas) organizadoras da exposição deste trabalho de pesquisa.

¹³ Os 204 trabalhos foram apresentados nas sucessivas reuniões e publicados nos anais *online*. Na 37ª reunião, de 2015, ocorreu de três não serem apresentados por serem considerados excedentes, porém constaram nos anais.

Dessa maneira, a fim de catalogar a produção científica do GT 23 nas 13 reuniões realizadas entre os anos de 2004 e 2019, apresenta-se a Tabela 1, que informa a quantidade de trabalhos que compõem o *corpus* de análise. Nas duas reuniões científicas nacionais do GE temático “Gênero, Sexualidade e Educação”, nos anos de 2004 e 2005, 26 trabalhos de pesquisa foram publicados nos anais desta área especializada do conhecimento. A quantidade de textos aprovados, ou seja, aptos para apresentação e publicação atingiu seu ápice no ano de 2015, com 26 trabalhos científicos registrados nos anais *online* do evento.

Tabela 1 – Número de trabalhos do GT 23 publicados nos anais das reuniões da ANPEd

Reuniões anuais ANPEd/Ano	Trabalhos de pesquisa
Total	204
27 ^a /2004	13
28 ^a /2005	13
29 ^a /2006	12
30 ^a /2007	16
31 ^a /2008	11
32 ^a /2009	12
33 ^a /2010	15
34 ^a /2011	15
35 ^a /2012	17
36 ^a /2013	17
37 ^a /2015	26
38 ^a /2017	21
39 ^a /2019	16

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Em 2015, na 37^a reunião da ANPEd, o tema geral foi “Plano Nacional de Educação: tensões e perspectivas para a educação pública brasileira”. Naquele ano o Brasil vivenciou a crise econômica do capitalismo mundial, as disputas entre as representações políticas, o conturbado primeiro ano da segunda gestão do governo da presidenta Dilma Rousseff, o ajuste fiscal, que resultou em cortes nos investimentos públicos em saúde, moradia, saneamento, transporte e educação e, nas discussões do Plano Nacional de Educação (PNE), a retirada do trecho do texto legal que fazia menção às escolas como promotoras da igualdade de gênero, raça e orientação sexual, resultado das pressões dos setores sociais fundamentalistas.

A presidenta Dilma, em sua carta aberta ao povo de Deus, manifestara sua intenção de se manter neutra diante da agenda referente aos temas de costumes, especialmente aqueles que ou envolvessem minorias e a reivindicação do reconhecimento do gênero como conceito social,

ou questões polêmicas sobre direitos das mulheres, uma vez que declarara sua expectativa na época: “[...] cabe ao Congresso Nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes [...]” (ROUSSEFF, 2010, s/ p.).

Numa compreensão mais ampla, era possível perceber na sociedade brasileira um debate intenso sobre o combate ao racismo, ao machismo e à homofobia, bem como as reações conservadoras de parcelas fundamentalistas da sociedade, mediante o acirramento das discussões em torno da polêmica pauta de costumes.

Uma das possibilidades de explicação do aumento do número de trabalhos submetidos ao GT “Gênero, Sexualidade e Educação”, portanto, pode ter relação com a produção, pelas pesquisadoras e pesquisadores, de investigações científicas com o objetivo de suprir o campo político de dados empíricos sobre o mundo real.

Então, cabe indagar se tais intelectuais da academia teriam assumido uma postura de resistência e articulação com movimentos sociais, dentre eles o feminista que, no ano de 2015, opunha-se em protestos nas ruas à modificação na Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, proposição de autoria de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados.

Ainda que os trabalhos publicados na 37ª reunião da ANPEd não façam referência direta à temática do direito ao aborto ou da dominação-exploração de gênero na sociedade brasileira, nos anos posteriores autoras e autores apresentaram resultados de pesquisas a respeito de novos temas como “Ideologia de Gênero e Escola Sem Partido” e “Relações de Gênero e Política Nacional para as Mulheres”, ampliando o debate do GT 23 em contexto político-educacional.

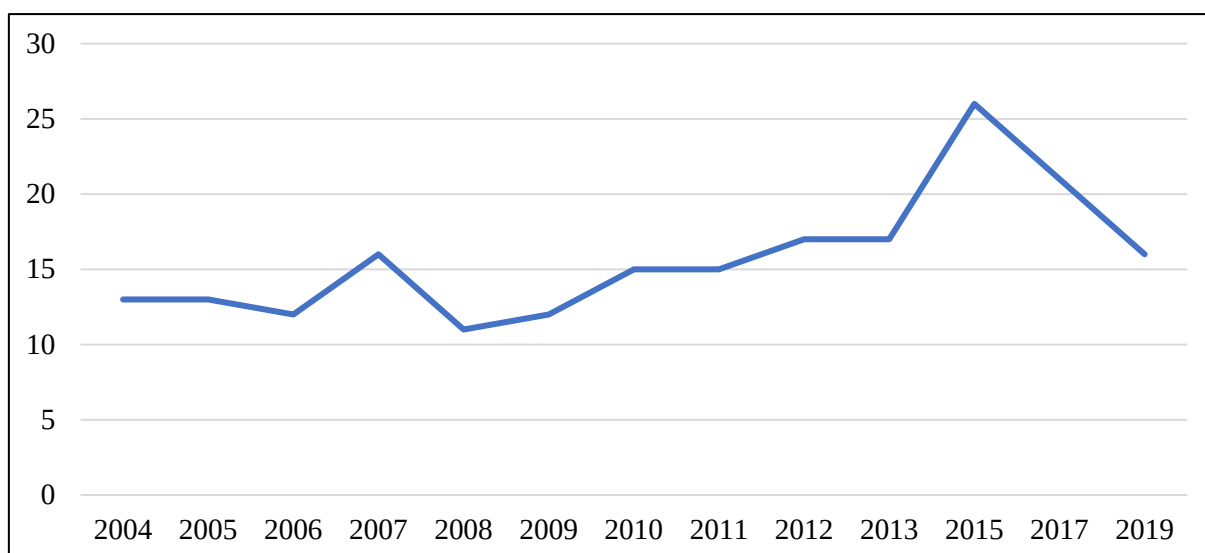
Até 2013 as reuniões da ANPEd eram anuais, tornando-se bienais a partir de 2015. Na reunião de 2017, sob o governo do presidente interino Michel Temer, foram aprovados 21 textos e na seguinte, sob o comando de Jair Bolsonaro, 16 trabalhos. O discurso hostil à diversidade sexual, a negação do racismo e as afirmações machistas do atual presidente¹⁴, bem como a ampliação de cargos políticos para militares e fundamentalistas religiosos, podem ter interferido, ainda que indiretamente, nas produções e submissões de trabalhos sobre gênero, sexualidade e educação, resultando na diminuição de trabalhos aprovados. Porém, a comprovação desta hipótese demandaria pesquisa de entrevista com as autoras e autores participantes destas reuniões temáticas da associação.

¹⁴ As declarações de Jair Messias Bolsonaro a favor da tortura, da pena de morte, do racismo, da misoginia e da homofobia foram amplamente divulgadas pelas mídias brasileira e internacional e sistematizadas por Goldstein (2019).

O fato é que, no período anterior, na transição dos governos Lula e Dilma – 2010 a 2013 – em quatro reuniões realizadas, 64 artigos foram incluídos nos anais do GT 23, o que equivale a 31,37% dos 204 trabalhos científicos expostos ao longo das 13 reuniões.

O Gráfico 1 demonstra as estabilidades e as variações nos números de trabalhos publicados a cada reunião. A 40ª reunião, em 2021, terá sede virtual na cidade de Belém do Pará e espera-se que haja mais textos aprovados, já que o GT 23 está construindo uma tradição e se tornando mais conhecido na comunidade científica como um dos espaços em que se pode discutir gênero, sexualidade e escola ou educação mais livremente e de acordo com os parâmetros da ciência.

Gráfico 1 – Quantidade de trabalhos do GT 23 publicados nos anais das 13 reuniões da ANPEd entre 2004 e 2019



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

De qualquer modo, até 2010 a quantidade de textos aprovados era, no geral, menor que após esta reunião. O aumento no número de trabalhos aprovados pode, também, ter resultado de eventuais ações de divulgação do grupo, promovidas pela coordenação do GT 23, em prosseguimento à atuação do grupo coordenador anterior.

Dessa maneira, convites aos grupos de estudos e pesquisa certificados pela CAPES para as reuniões da ANPEd, intensificação da inserção político-acadêmica e de intercâmbio científico de membros do GT em congressos nacionais e internacionais, publicações de livros, capítulos de livros e artigos científicos em periódicos brasileiros por autoras e autores participantes, além de realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão institucionais e

interinstitucionais (XAVIER FILHA; CÉSAR, 2012) parecem estar promovendo a influência, o reconhecimento, a visibilidade e a consolidação do GT 23.

O recorte definido na análise das temáticas deste GT baseou-se nos conteúdos que emergem dos trabalhos de pesquisa publicados nos anais da ANPEd de 2004 a 2019. Tais unidades de registro reuniram em categorias os grupos de elementos constituintes sob um título genérico (BARDIN, 1977), o que permitiu a organização dos dados com características comuns.

Os trabalhos examinados foram reunidos em três grupos com combinações de indexadores diferentes: “gênero, sexualidade e escola” reuniu trabalhos de pesquisa que discutem privilegiadamente aspectos intraescolares; “gênero, sexualidade e educação” reuniu produções científicas que analisam problemas educacionais mais amplos, e “gênero e sexualidade” agrupou todos os trabalhos que não consideram diretamente a educação e a escolarização. Para facilitar a identificação do cruzamento de dados, denomina-se cada um desses grupos de agrupamentos temáticos.

2.1 “Gênero, sexualidade e escola”: entre problematizações e proposições, a disputa por um debate menos moralista e mais politizado

Conforme depreende-se da Tabela 2, os 108 textos do agrupamento temático gênero, sexualidade e escola representam 52,94% do total de 204 trabalhos divulgados pelo GT 23.

Tabela 2 – Número de trabalhos divulgados nos anais do GT 23 por categorias temáticas: gênero, sexualidade e escola – 27ª reunião a 39ª reunião (2004-2019)

(continua)

Categorias temáticas	Quantidade de trabalhos
Total	108
Homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade na escola	27
Educação, infância e adolescência – gênero e sexualidade na escola	12
Gênero, sexualidade e currículo	8
Gênero, sexualidade, educação e literatura	8
Gênero, sexualidade e Educação Infantil	8
Gênero, educação e Educação Física escolar	6
Juventude, sexualidade e gênero no contexto escolar	6
Gênero, sexualidade e desempenho/rendimento escolar	5
Gênero, violência e escola	5
Ideologia de gênero e Programa Escola Sem Partido	5
Relações de gênero e práticas escolares	5
Gênero e livro didático	4

(conclusão)

Categorias temáticas	Quantidade de trabalhos
Sexualidade, corpo e ensino de Ciências/Biologia	4
Gênero, sexualidade e gravidez na adolescência: contexto escolar	3
Escola, gênero, sexualidade e HIV/AIDS	2

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Observa-se que os temas da Tabela 2 podem ser subdivididos em textos do tipo propositivo e do tipo analítico de aspectos didáticos – que buscam compreender gênero e sexualidade no âmbito de diferentes disciplinas como literatura, educação física, ciências e biologia. Nota-se que há temáticas que fazem referência às relações entre sucesso/fracasso escolar e práticas intraescolares, aos conteúdos e, até mesmo, ao currículo. Alguns dos textos se ocupam de maneira mais enfática em problematizações mais politizadas sobre a abordagem de gênero e sexualidade para diferentes faixas etárias, sua associação com a violência e a intervenção estatal na organização didática da escola. Trata-se, portanto, de uma produção que pode orientar e/ou relatar propostas de atuação da professora e do professor na escola nas aproximações a este conteúdo, tão polêmico na conjuntura atual.

A temática “homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade na escola” foi objeto de destaque por ser muito discutida socialmente e até mesmo ter sua interpelação proibida em planos de educação em diversos municípios alinhados politicamente ao governo central. Destaca-se o texto de Ramires Neto (2004) “Um silêncio desconcertante: a homossexualidade permanece invisível na escola”, em que o pesquisador realiza exploração teórica do processo de formação das identidades homossexuais e estuda de que forma a homofobia é exercida na prática. Goettems, Schwengber e Wisniewski (2017) discutem, através de charge, a diversidade sexual na educação escolar e suas proximidades e/ou distanciamentos dos discursos vinculados ao Estado laico brasileiro.

Verifica-se ampla variedade nos subtemas que compõem essa numerosa categoria temática do GT 23: saberes, valores, sentidos e significados construídos por jovens homossexuais em suas passagens pela escola, problematizações dos discursos e dos mecanismos de poder que organizam a homossexualidade a partir de uma brincadeira entre meninos em uma instituição escolar pública de educação básica, a exclusão de pessoas

transexuais e travestis do universo escolar e, em reflexões embasadas na teoria *queer*, a visibilidade da sexualidade de professoras e professores homossexuais.

Especificamente a temática “Gênero, violência e escola” é inaugurada no GT 23 por meio do trabalho de pesquisa de Libório e Camargo (2006). As pesquisadoras investigam a violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Presidente Prudente (SP), por meio de entrevistas com profissionais da educação (professoras, coordenadora pedagógica e diretora) a fim de conhecer como se dá o enfrentamento, em contexto escolar, dessa violação de direitos. Lirio (2019) analisa processos criminais na Vara de Crimes contra Vulneráveis da Comarca de Boa Vista (RR) para compreender a rede de proteção às crianças e aos adolescentes no combate à violência sexual e modos de fortalecer esta articulação.

Considera-se que a pequena quantidade de artigos referentes à categoria temática “Gênero, violência e escola” parece indicar escassa produção acadêmica e inconsistente divulgação científica, desproporcional ao tamanho do problema da violência contra a infância e a adolescência, bem como da violência contra as mulheres na sociedade brasileira, resultado da socialização machista que as submete ao “poder do macho” (SAFFIOTI, 1987). Como esse processo socializador também tem lugar na escola, cogita-se a necessidade de ampliação das investigações científicas acerca desse fenômeno complexo. Porém, é preciso também destacar que há possibilidade destes temas terem sido acolhidos em outros GT, mais antigos, ou com presença de pesquisadoras e pesquisadores que façam essa reflexão, por exemplo, na perspectiva da sociologia da educação.

Nota-se, no extrato inferior da Tabela 2, que a categoria temática “Gênero e livro didático”, considerada por Rosemberg (2009) um tema secundarizado pelos grupos de pesquisa ou educadores, mas valorizado entre as acadêmicas e ativistas feministas nos anos 1960 e 1970, contempla 2,90% do total de trabalhos relacionados ao agrupamento temático “gênero, sexualidade e escola”. Tomando-se a totalidade de 204 trabalhos científicos selecionados, este percentual representa apenas 1,96% do que se divulga nos anais do GT 23 nas reuniões nacionais da ANPED, o que é indício de pouca aderência de pesquisadoras e pesquisadores à temática relevante socialmente, pois associada tanto à expansão da indústria do livro didático como à presença de estereótipos sexuais nos materiais amplamente utilizados nas instituições escolares. Ademais, a inserção dos livros didáticos nas escolas sofre o controle ideológico do aparelho de Estado, uma vez que

Os materiais distribuídos pelo MEC às escolas públicas de educação básica do país são escolhidos pelas escolas, desde que inscritos no PNLD e aprovados em avaliações pedagógicas coordenadas pelo Ministério da Educação e que conta [sic] com a

participação de Comissões Técnica específica [sic], integrada por especialistas das diferentes áreas do conhecimento correlatas, cuja vigência correspond[er] ao ciclo a que se refer[er] o processo de avaliação. (PORTAL MEC, 2018).

Alguns trabalhos mais estreitamente relacionados à área da saúde foram encontrados e reunidos na última faixa da Tabela 2, tais como o corpo humano, a gravidez e a AIDS, ainda tratados na sociedade como tabus. Estes conteúdos abordados cientificamente poderiam auxiliar na discussão de problemáticas diversas, como o assédio sexual, as infecções sexualmente transmissíveis e a gravidez. Assim, sobre o tema “Gênero, sexualidade e gravidez na adolescência: contexto escolar” foram encontrados quatro trabalhos, numa realidade em que um em cada cinco partos no país é de jovens com 19 anos ou menos (NUNES; MADEIRO; DINIZ, 2019). Sobre “Escola, gênero, sexualidade e HIV/AIDS” encontram-se dois textos, num cenário de crescimento desta epidemia entre homens jovens negros, especialmente no estado de São Paulo (AGÊNCIA FAPESP, 2019).

Em suma, a análise mais minuciosa dos textos aprovados revela dois aspectos: o primeiro é a percepção da existência de baixo número de textos aprovados sobre as temáticas anteriormente mencionadas, o que não significa, necessariamente, que em outros GT da ANPEd estes temas não sejam explorados, de modo que a abordagem de gênero, sexualidade e educação na ANPEd, de maneira ampla, pode ser um tema interessante para pesquisas futuras. O outro aspecto é a potencialidade da área especializada “gênero, sexualidade e educação” como fórum de discussão muito importante, no âmbito de uma das mais relevantes associações de pesquisa educacional a dar visibilidade para problemas tão sérios da escola e da sociedade, que atingem a integridade física, emocional e moral das crianças, adolescentes, jovens e adultos e, por isso, demandam investigações científicas propositivas de soluções que só podem ser efetivadas por meio de políticas públicas de um Estado laico, republicano, democrático.

2.2 “Gênero, sexualidade e educação”: a discreta presença dos debates na perspectiva feminista

A Tabela 3 mostra os trabalhos que, de maneira abrangente, expõem questões educacionais cujos recortes de pesquisa não se atém nem ao espaço escolar, nem aos aspectos didáticos nem ao ensino. Neste grupo de trabalhos aparece de forma mais direta as concepções de feminismo e as discussões relacionadas à opressão feminina, a partir dos objetos de pesquisa escolhidos.

Tais trabalhos constituem 22,55% do total de 204 textos publicados nos anais do GT 23 e incluem resultados de pesquisas que investigam a organização de homens adultos em grupos *gays*, as palavras que participantes de curso de formação *online* usam para se referir à genitália masculina e feminina no contexto da cultura brasileira, as memórias escritas e bordadas como questão educativa e a inserção dos feminismos na academia, através de núcleos, grupos de estudos e pesquisa e coletivos de mulheres.

Além disso, os textos que englobam “gênero, sexualidade e educação” discorrem sobre a educação sexual no Brasil de 1928 a 1945, as experiências educativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis no contexto de projeto de extensão universitária e a maternidade como efeito das pedagogias culturais na subjetivação da mãe naturalista com incisivo apelo moral.

Tabela 3 – Número de trabalhos divulgados nos anais do GT 23 por categorias temáticas: gênero, sexualidade e educação – 27ª reunião a 39ª reunião (2004-2019)

Categorias temáticas	Quantidade de trabalhos
Total	46
Gênero, sexualidade, trabalho e formação docente	30
Gênero, sexualidade e educação não formal	7
Sexualidade, gênero e comunidade educativa	3
Gênero, educação e escritas bordadas	2
Núcleos, grupos de estudos das mulheres e movimento feminista na educação superior brasileira	2
História da educação das mulheres	1
Revisão bibliográfica: masculinidade e educação	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Há trabalhos que tratam da feminização do magistério, da história de vida de homens professores em cargos de direção e supervisão escolar, da formação de pedagogas em curso universitário e em curso normal, da apropriação de novas tecnologias de acordo com o gênero e da formação continuada com enfoque na diversidade sexual. Outros investigam as jornadas e ritmos do trabalho docente sob a perspectiva das relações de gênero, as relações sociais de sexo à luz da teoria das representações sociais, homens professores na Educação Infantil, mulheres e sindicalismo docente, a disciplina gênero e sexualidades em curso de Pedagogia em uma universidade pública e as experiências religiosas de futuros docentes ante à discussão das homossexualidades no contexto escolar.

Destaca-se o trabalho de pesquisa de Sousa (2008) intitulado “Os manuais de conduta e a escrita feminina no século XX: o que desvelam as narrativas?”, que busca em manuais pedagógicos a educação sexual na formação de professoras na primeira metade do século XX. Ressalta-se o resultado do trabalho de pesquisa de Coronel (2015) sobre o uso do conceito de gênero na produção sobre sindicalismo docente e que procura identificar, em dissertações e teses, a participação sindical de professoras.

Sublinha-se o texto de Ferreira (2015) que, a partir dos pressupostos da economia doméstica, pesquisa as alianças entre o Estado, a Igreja e a oligarquia na criação e consolidação das Escolas de Economia Doméstica, nível secundário profissionalizante, do ano de 1953 a 1997. A pesquisadora estudou em pormenores a Escola de Economia Rural Doméstica, instituição pública federal.

Assim como os trabalhos listados na Tabela 2, a análise destes textos revela um pequeno número de trabalhos sobre opressão feminina na escola ou na educação de forma mais ampla, o que nos deixa como possibilidade de ampliação da pesquisa, futuramente, eleger como objeto de análise os trabalhos de outros GT em que essa discussão eventualmente apresente-se.

Nesse sentido já existe o trabalho de Fontana (2019) sobre as atas de eventos de Ensino de Ciências realizados pela ANPED e pela ENPEC (Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências) de 2005 a 2017 (Tabela 4), que oferece algumas pistas sobre tal problematização. Esta pesquisadora identificou poucos artigos que abordam a relação entre História, Filosofia e Sociologia da Ciência e gênero nestes encontros.

2.3 “Gênero e sexualidade”: debates subsidiários aos educadores e estudiosos do tema

A Tabela 4 exhibe trabalhos de pesquisa que não se atêm rigorosamente à educação, cujos resultados podem subsidiar estudos sobre gênero, sexualidade e educação, uma vez que abordam a juventude, o movimento LGBTQIA+, a temática da gravidez na adolescência, pessoas com deficiência, as atividades físicas, a soropositividade. Há, ainda, trabalhos de estado da arte, com recortes regionais ou institucionais e temas próprios, como a relação entre gênero e a mineração, a prostituição, a velhice, a fotografia, as mídias.

Este grupo constitui 24,51% do total de trabalhos científicos do GT 23 e estão reunidos sob o indexador “gênero e sexualidade”. Considera-se que revelam transigência por parte dos quadros do GT responsáveis pelas diretrizes de aprovação dos trabalhos de pesquisa, uma vez que não têm a educação como recorte estrito, mas podem oferecer elementos importantes para se refletir a respeito das relações entre gênero, sexualidade, escola e educação, numa

perspectiva enriquecida, bem como apontar a direção e sentido que tais estudos têm assumido. Assim, há possibilidade de estudos futuros sobre os referenciais teóricos que subsidiam os trabalhos aqui analisados, buscando revelar os graus de diversidade e de homogeneidade no GT, que será objeto das próximas pesquisas.

Tabela 4 – Número de trabalhos divulgados nos anais do GT 23 por categorias temáticas: gênero e sexualidade – 27ª a 39ª reunião (2004-2019)

Categorias temáticas	Quantidade de trabalhos
Total	50
Feminilidade, sexualidade e mídia	14
Juventude e gênero	12
Homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade no contexto não escolar	4
Produção científica sobre gênero e sexualidade nos anais da ANPEd/ENPEC	4
Gênero e envelhecimento	3
Gênero, sexualidade e gravidez na adolescência	2
Pessoas com deficiência, corpo e sexualidade	2
Gênero, educação e movimentos de independência na América Latina	1
Gênero e mineração	1
Gênero, raça e fotografia	1
Gênero, sexualidade e currículo no contexto futebolístico	1
Gênero, sexualidade e dança	1
Gênero, sexualidade e HIV/AIDS	1
Gênero, sexualidade e prostituição	1
Cultura de gênero, feminismo pós-colonial e pedagogia decolonial	1
Relações de gênero e Política Nacional para as Mulheres	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Sabat (2004) estuda filmes infantis da Disney no contexto das técnicas de normalização dos sujeitos e da produção da heterossexualidade como norma. Xavier Filha (2006; 2007) e Schwengber (2007; 2008) pesquisam, respectivamente, as revistas *Capricho* e *Pais & Filhos* na discussão dos testes de imprensa feminina nas décadas de 1950, 1960 e 1970 e no processo educativo de politização do feminino e da maternidade. Vargas e Xavier (2013; 2015) investigam as músicas preferidas de jovens estudantes através das categorias analíticas ostentação e consumo.

Damico (2007) verifica o papel do trabalho doméstico familiar na configuração do lazer de jovens na cidade de Canoas (RS). Ritti (2012) discute práticas discursivas e a constituição do masculino na periferia, em abordagem que problematiza a expressão “adolescentes violentos”. Félix (2013) busca compreender como o diagnóstico soropositivo impacta as

sexualidades juvenis e Klein e Vargas (2019) se dedicam à análise das campanhas de vacinação contra o vírus do papiloma humano (HPV) e a meningite C em 2017 e 2018 que tiveram como público-alvo a juventude.

Na Tabela 4 se encontram os quatro trabalhos que enfocam a produção científica sobre gênero e sexualidade nos anais da ANPED/ENPEC; dentre esses há o texto de Ferreira e Nunes (2010), “Panorama da produção sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da ANPED”, que trata da inserção das referidas temáticas nos diversos grupos de trabalho da associação e o de Ferreira (2015), “O campo do gênero na ANPED. Hipóteses em construção”. Especificamente o resultado desta pesquisa sugere que “[...] o GT 23 parece ser hegemonizado pela perspectiva pós-estruturalista, especialmente num aspecto que, em nossa opinião, expressa avanços nas análises de gênero: a concorrência de perspectivas diferenciadas sobre gênero e diversidades sexuais” (FERREIRA, 2015, p. 14).

Na parte inferior da Tabela 4, estão nove trabalhos cujas temáticas foram divulgadas uma única vez no decurso das 13 reuniões do GT 23 da ANPED. Destacam-se os textos de Lima (2017), a respeito da concepção de educação presente na obra de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper; de Gonçalves (2015) sobre as relações de gênero na mineração do ponto de vista da mulher trabalhadora; de Chagas (2010), intitulado “As fotografias de mulheres negras que não encontrei – em diferentes contextos escolhidos por um grande jornal” e de Bandeira (2009), que se utiliza do conceito de currículo para pensar masculinidades nos estádios de futebol.

2.4 O GT 23 “Gênero, Sexualidade e Educação” como espaço das autoras

Com relação às autorias dos trabalhos de pesquisa, constata-se que a maioria das pessoas cujos textos são divulgados no GT 23 são mulheres. Para analisar esta característica, não se consideram as explicações aparentes, entre elas a identificação natural entre o objeto e a condição historicamente oprimida das autoras; por isso, não se adota como categoria o conceito “lugar de fala”, definido como “[...] **locus social**, isto é, de que ponto as pessoas partem para pensar e existir no mundo, de acordo com suas experiências em comum.” (RIBEIRO, 2019, p. 35, grifos da autora), pois se trata de concepção fragmentária da realidade. Assim, segundo a descrição de Ribeiro (2021, p. 34) “[...] mulheres brancas são discriminadas por serem mulheres, mas privilegiadas estruturalmente por serem brancas. O mesmo ocorre com homens brancos, homossexuais, que são discriminados pela orientação sexual, mas, racialmente falando, fazem parte do grupo hegemônico.”.

A despeito dos dramas subjetivos decorrentes do preconceito, este conceito – tomado como generalização da realidade – dilui a condição objetiva e histórica de classe numa miríade de grupos que disputam entre si pela identidade, pelo poder, pelo reconhecimento cultural, o que produz um apagamento (PÊCHEUX, 1990) da exclusão fundamental, a econômica, isto é, a privação dos meios de existência.

Tal pulverização, longe de ser uma elevação da consciência em si ao nível para si, justifica o surgimento de nichos produtor, consumidor e, talvez, até de mercado de trabalho, nesta conjuntura neoliberal, em que a produção em massa dá lugar à produção por demanda, cujo processo exige níveis de consumo mais altos, para que se mantenha o metabolismo do capital, constituído do movimento da produção, circulação e consumo.

Assim, sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético, outra possibilidade de chave para a análise e compreensão da relação entre a temática “Gênero, sexualidade, educação e escola” e a dominância de autoras neste GT é que esta se deve ao processo histórico de feminilização do magistério e, conseqüentemente, do debate educacional influenciado pelo avanço das lutas feministas.

Neste sentido existem ganhos para a participação feminina na educação, no trabalho de maneira geral e na ciência e tecnologia; há a constituição de um complexo dialético no cerne da luta de classes e não há preponderância da condição de classe sobre o gênero e nem o contrário. Ademais, a realidade de combinação de pobreza, exploração, preconceito e opressão torna a vida das mulheres, das populações LGBTQIA+ e de outros grupos sociais uma luta constante, que se reproduz também na academia, seja como objeto de estudo, seja como luta pela participação e por direitos.

Por isso, as comparações entre as autorias masculina e feminina na produção divulgada no GT 23 se converte num dado importante, não só para dar visibilidade ao trabalho das estudiosas, como apontar aos homens a necessidade de compreensão da relevância da temática para todos, pois o machismo, a LGBTfobia e o racismo não são questões sob responsabilidade do conjunto da sociedade.

2.4.1 A distribuição dos trabalhos por gênero nos agrupamentos temáticos do GT 23

As Tabelas 5, 6 e 7 expressam a divisão do número de trabalhos de cada agrupamento temático de acordo com a identificação social de gênero, a partir do nome das autoras e autores dos trabalhos publicados nos anais do GT “Gênero, Sexualidade e Educação” de 2004 a 2019.

São encontrados trabalhos de pesquisa produzidos majoritariamente por mulheres, como já indicado; há textos produzidos por homens e em parceria, por meio de diferentes arranjos de composições autorais.

Assim, é possível estabelecer quais as categorias temáticas preferidas de pesquisadoras e pesquisadores, o que permite destacar relações entre os temas e apontar lacunas na produção.

Tabela 5 – Número de trabalhos por categoria temática de acordo com a composição autoral: “gênero, sexualidade e escola” – 27ª a 39ª reunião do GE/GT 23 da ANPEd (2004-2019)

Categorias temáticas	Autoria feminina	Autoria masculina	Parceria
Total	84	16	8
Homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade na escola	14	8	5
Educação, infância e adolescência – gênero e sexualidade na escola	12	0	0
Gênero, sexualidade, educação e literatura	7	1	0
Gênero, sexualidade e Educação Infantil	7	0	1
Gênero, sexualidade e currículo	6	1	1
Gênero, educação e Educação Física escolar	6	0	0
Juventude, sexualidade e gênero no contexto escolar	5	0	1
Gênero, sexualidade e desempenho/rendimento escolar	5	0	0
Relações de gênero e práticas escolares	5	0	0
Gênero e livro didático	4	0	0
Gênero, violência e escola	3	2	0
Ideologia de gênero e Programa Escola Sem Partido	3	2	0
Sexualidade, corpo e ensino de Ciências/Biologia	3	1	0
Gênero, sexualidade e gravidez na adolescência: contexto escolar	2	1	0
Escola, gênero, sexualidade e HIV/AIDS	2	0	0

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Uma análise geral da Tabela 5 informa que predominam dois temas aparentemente independentes entre si. Entretanto, deduz-se que as temáticas referentes à sexualidade infantil e ao movimento LGBTQIA+ podem se referir a trabalhos de pesquisa em resposta aos problemas enfrentados pelas professoras da Educação Infantil e por estudantes no início da adolescência, uma vez que é neste momento em que a discussão sobre sexualidade é mais intensamente provocada em casa e na escola.

Assim sendo, “homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade na escola” é tema de 22 textos, sendo destes 22,73% em parceria. Ressalta-se que “Educação, infância e adolescência – gênero e sexualidade na escola” é tema explorado exclusivamente por pesquisadoras do sexo feminino, do mesmo modo que as temáticas “juventude, sexualidade e gênero no contexto escolar”, “Relações de gênero e práticas escolares” e “Gênero e livro didático”, especialmente focadas nos anos iniciais do ensino fundamental ou relacionadas a aspectos da didática.

O magistério nos anos iniciais da educação básica é um trabalho exercido de forma predominante por mulheres (NOVAES, 1991). Portanto, infere-se que as pesquisadoras, por identificação e/ou desejo de contribuir com reflexões urgentes, tematizam problemas que professoras vivenciam no cotidiano escolar.

Os temas “Gênero, violência e escola” e “Ideologia de Gênero e Programa Escola Sem Partido” são os que se mostram mais equilibrados com relação à composição autoral de pesquisadoras e pesquisadores e vêm sendo discutidos no GT 23 de maneira frequente ultimamente.

A Tabela 6 expõe os sete grupos temáticos, por composição autoral, sob o indexador “gênero, sexualidade e educação”, cujos resultados de pesquisa se atém às questões educacionais de modo abrangente. A maioria dos textos são de autoria feminina: dos 46 divulgados nos anais do GT 23 da ANPEd, 65,22% são produzidos por mulheres. 19,57% resultam de parceria entre pesquisadoras e pesquisadores e 15,21% são elaborados por homens.

Tabela 6 - Número de trabalhos por categoria temática de acordo com a composição autoral: “gênero, sexualidade e educação” – 27ª a 39ª reunião do GE/GT 23 da ANPEd (2004-2019)

Categorias temáticas	Autoria feminina	Autoria masculina	Parceria
Total	30	11	5
Gênero, sexualidade, trabalho e formação docente	19	8	3
Gênero, sexualidade e educação “não formal”	4	3	0
Sexualidade, gênero e comunidade educativa	2	0	1
Gênero, educação e escritas bordadas	2	0	0
Núcleos, grupos de estudos das mulheres e movimento feminista na educação superior brasileira	2	0	0
História da educação das mulheres	1	0	0
Revisão bibliográfica: masculinidade e educação	0	0	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Reitera-se que a temática “Gênero, sexualidade, trabalho e formação docente” provavelmente possui relação com o processo de feminização-feminilização da profissão, fonte de diversas problematizações elaboradas em pesquisas. Como o magistério do ensino básico é profissão ocupada majoritariamente por mulheres (NOVAES, 1991), espera-se que existam teorizações sobre o trabalho docente.

Salienta-se que “Gênero, sexualidade e educação não formal” é a temática que possui a divisão mais equânime entre homens e mulheres. No entanto, apenas pesquisadoras se aproximam das temáticas da institucionalização dos estudos de gênero na academia e do movimento feminista na educação superior brasileira, bem como da “História da educação das mulheres”. O resultado propagado de pesquisa bibliográfica empreendida sobre a interface masculinidade e educação é de autoria de um pesquisador em parceria com uma pesquisadora.

A Tabela 7 mostra, por meio do agrupamento temático “gênero e sexualidade”, os trabalhos que pesquisadoras e pesquisadores apresentaram em 13 reuniões nacionais do GT 23 da ANPED, de acordo com a composição autoral dos textos divulgados nos anais.

Tabela 7 – Número de trabalhos por categoria temática de acordo com a composição autoral: “gênero e sexualidade” – 27^a a 39^a reunião do GE/GT 23 da ANPED (2004-2019)

Categorias temáticas	Autoria feminina	Autoria masculina	Parceria
Total	37	11	2
Feminilidade, sexualidade e mídia	11	3	0
Juventude e gênero	9	3	0
Homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade em contexto não escolar	2	2	0
Produção científica sobre gênero e sexualidade nos anais da ANPED/ENPEC	3	0	1
Gênero e envelhecimento	1	1	1
Gênero, sexualidade e gravidez na adolescência	2	0	0
Pessoas com deficiência, corpo e sexualidade	2	0	0
Gênero, educação e movimentos de independência na América Latina	1	0	0
Gênero e mineração	1	0	0
Gênero, raça e fotografia	1	0	0
Gênero, sexualidade e currículo no contexto futebolístico	0	1	0
Gênero, sexualidade e dança	0	1	0
Gênero, sexualidade e HIV/AIDS	1	0	0
Gênero, sexualidade e prostituição	1	0	0
Cultura de gênero, feminismo pós-colonial e pedagogia decolonial	1	0	0

Relações de gênero e Política Nacional para as Mulheres	1	0	0
---	---	---	---

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

A temática da “Feminilidade, sexualidade e mídia” foi abordada por pesquisadoras, na maioria: 78, 57% dos trabalhos são de autoria feminina. O triplo de autoras, em comparação a autores, se engaja no estudo de “Juventude e gênero”, sugerindo temática de preferência já apontada com relação à “Juventude, sexualidade e gênero no contexto escolar”, na Tabela 5.

Quando se trata de “Homossexualidade, bissexualidade, transexualidade e travestilidade no contexto não escolar”, é abordada por números próximos de autores e autoras, não havendo trabalhos em parceria. “Gênero e envelhecimento” foi discutido em três textos registrados no período de 15 anos entre as reuniões científicas nacionais da ANPED, por autores e autoras.

Temáticas pouco exploradas e de autoria feminina são “Gênero, sexualidade e HIV/AIDS”, “Gênero, sexualidade e prostituição”, “Cultura de gênero, feminismo pós-colonial e pedagogia decolonial” e “Relações de gênero e Política Nacional pra as Mulheres”. Destaca-se que as discussões presentes nos dois últimos textos têm lugar em reuniões mais recentes.

2.4.2 Análise do fluxo de trabalhos por gênero no decurso das reuniões do GT 23

A Tabela 8 expõe os 204 trabalhos de pesquisa publicados nas 13 reuniões nacionais examinadas de acordo com a autoria: feminina, masculina ou textos elaborados em parceria.

No que diz respeito a quem são as autoras e autores responsáveis pelos textos propagados nos anais da associação, 72,55% dos trabalhos divulgados nos anais do GT 23 da ANPED resultam de pesquisas feitas por mulheres, o que parece estar relacionado à origem dos estudos de gênero no Brasil, ligados à “[...] área das perfumarias [...]” (SAFFIOTI, 2004, p. 39), isto é, às ciências humanas e sociais, “[...] mais femininas [...]” (ROSEMBERG, 2001, p. 176)) do que as ciências exatas e tecnológicas, no contexto da segmentação sexual do ensino superior do país.

A autoria masculina corresponde a 19,12%, enquanto as produções em parceria de homens e mulheres correspondem a 8,33% dos 204 trabalhos científicos que constituem os anais da 27ª a 39ª reuniões temáticas “Gênero, Sexualidade e Educação” da ANPED. Ainda uma vez, constata-se que, neste GT, é identificada demanda de forte sensibilização dos pesquisadores – e dos homens em geral – para que valorizem o tema, como uma das formas de enfrentamento da opressão de gênero em todos os setores da sociedade, inclusive na academia.

Parafraseando Lênin, sem teorização sobre a realidade social livre do preconceito, não há práticas sociais livres do preconceito, compreendendo que a luta teórica é uma das formas das lutas de classes. Assim, a tarefa da emancipação do gênero humano somente realizar-se-á quando cada ser humano individual real reincorporar o ser humano genérico (MARX, 1991).

Tabela 8 – Número de trabalhos publicados nos anais da ANPEd de acordo com a autoria – GE/GT 23: 27ª a 39ª reunião nacional (2004-2019)

Reunião/Ano	Feminina	Masculina	Parceria
Total	148	39	17
27ª/2004	11	1	1
28ª/2005	9	3	1
29ª/2006	10	1	1
30ª/2007	12	4	0
31ª/2008	9	1	1
32ª/2009	8	3	1
33ª/2010	11	2	2
34ª/2011	10	3	2
35ª/2012	13	4	0
36ª/2013	11	4	2
37ª/2015	21	3	2
38ª/2017	14	4	3
39ª/2019	9	6	1

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Nota-se na Tabela 8 que, em todas as reuniões, a presença de autoras é sempre muito maior do que a de autores, pois no período de 15 anos o número de pesquisadores nunca ultrapassou seis (quantidade atingida na reunião de 2019). Em 2017, encontra-se o maior número de trabalhos de pesquisa realizados conjuntamente por homens e mulheres. Na 37ª reunião, em 2015, houve o maior número de trabalhos aprovados: 26, sendo 21 de autoras.

Depreende-se, portanto, que no GT 23 são as pesquisadoras que se identificam com temáticas referentes a “gênero, sexualidade e educação” pois estes são os temas que dizem respeito a problemas alicerçados sobre a condição feminina e sobre às opressões sofridas em decorrência da posição das mulheres na sociedade brasileira capitalista, racista, heteronormativa, patriarcal e machista. Estas pesquisadoras produzem, na maioria dos casos, seus trabalhos científicos solitariamente. Constata-se, na Tabela 9, que são 114 trabalhos de única autoria feminina identificados, isto é, 55,88% do total.

Os trabalhos com uma ou duas coautorias perfazem 16,66% das publicações; estes parecem resultar de trabalhos em equipe, ainda que sugiram pouco reconhecimento e frágil

institucionalização dos núcleos interdisciplinares de estudos de gênero na academia brasileira (CARVALHO; FREITAS; SILVA, 2015) quando comparados ao número de trabalhos de pesquisa individuais.

Tabela 9 – Número de trabalhos de autoria feminina publicados nos anais da ANPED de acordo com a composição autoral – GE/GT 23: 27^a a 39^a reunião (2004-2019)

Reunião/Ano	Autoria única	Dupla autoria	Tripla autoria
Total	114	30	4
27 ^a /2004	11	0	0
28 ^a /2005	6	3	0
29 ^a /2006	6	4	0
30 ^a /2007	11	1	0
31 ^a /2008	6	2	1
32 ^a /2009	8	0	0
33 ^a /2010	9	2	0
34 ^a /2011	9	0	1
35 ^a /2012	11	1	1
36 ^a /2013	8	3	0
37 ^a /2015	13	7	1
38 ^a /2017	10	4	0
39 ^a /2019	6	3	0

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Exclusivamente através das informações bibliográficas disponibilizadas nos anais do GT 23 não é possível identificar todos os grupos de estudos e pesquisa em gênero e/ou sexualidade a ele relacionados, pois pouquíssimos trabalhos indicam tal referência. Porém, um dos mencionados é o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), formado em 1990 por iniciativa da pesquisadora Guacira Lopes Louro; mas há outros grupos, tais como, Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia (GeTec) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Grupo de Estudos Interdisciplinares em Sexualidade Humana (GEISH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Chama-se atenção para uma autora que teve seus trabalhos de autoria única publicados nas reuniões dos anos de 2007, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013 e 2015 e, em 2017, trabalho de pesquisa como coautora junto a outra pesquisadora e a um pesquisador – totalizando oito trabalhos (5,41% do total de textos publicados nos anais do GT 23). Trata-se de Maria Simone Vione Schwengber, líder do grupo de pesquisa Paidotribas – Educação, Corpo e Cultura,

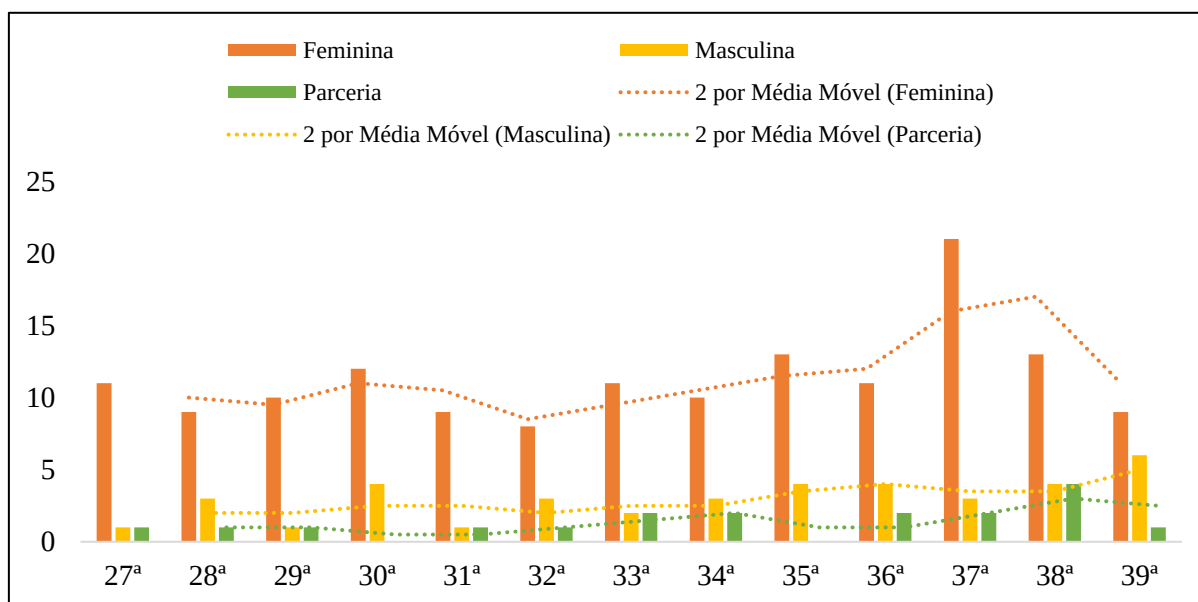
formado em 2007. A pesquisadora esteve vinculada, inicialmente, à UFRGS e posteriormente à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

Observa-se que, no Gráfico 2, as linhas tracejadas de médias móveis permitem a identificação de padrões na série temporal de reuniões realizadas de 2004 a 2019 (27ª a 39ª reunião do GT 23 da ANPEd). Com relação ao número de trabalhos de autoria feminina, masculina ou em parceria, as médias móveis são calculadas a partir da quantidade de textos publicada nos dois anos anteriores a cada reunião.

As médias móveis indicam a variabilidade do número de trabalhos de pesquisa divulgados nos anais do GT “Gênero, Sexualidade e Educação” de acordo com a composição autoral. Sugerem que, embora o número de textos de autoria feminina seja muito maior que o número produzido por homens, há semelhança no padrão de distribuição da quantidade de textos divulgados, desenhando linhas similares especialmente até a 33ª reunião, em 2010.

Isso pode indicar reuniões em que o conjunto de pesquisadoras e pesquisadores esteve mais ou menos motivado a participar do GT 23, exceto em 2015 (37ª reunião), na conjuntura de forte mobilização nacional das mulheres por meio do “#ForaCunha” e que coincidiu com a inscrição de 21 trabalhos por mulheres, conforme discutido anteriormente.

Gráfico 2 – Autoria dos artigos publicados nos anais do GT 23 da ANPEd e linhas móveis médias por composição autoral – 2004-2019



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

2.5 Análise do fluxo de trabalhos por procedência institucional e local

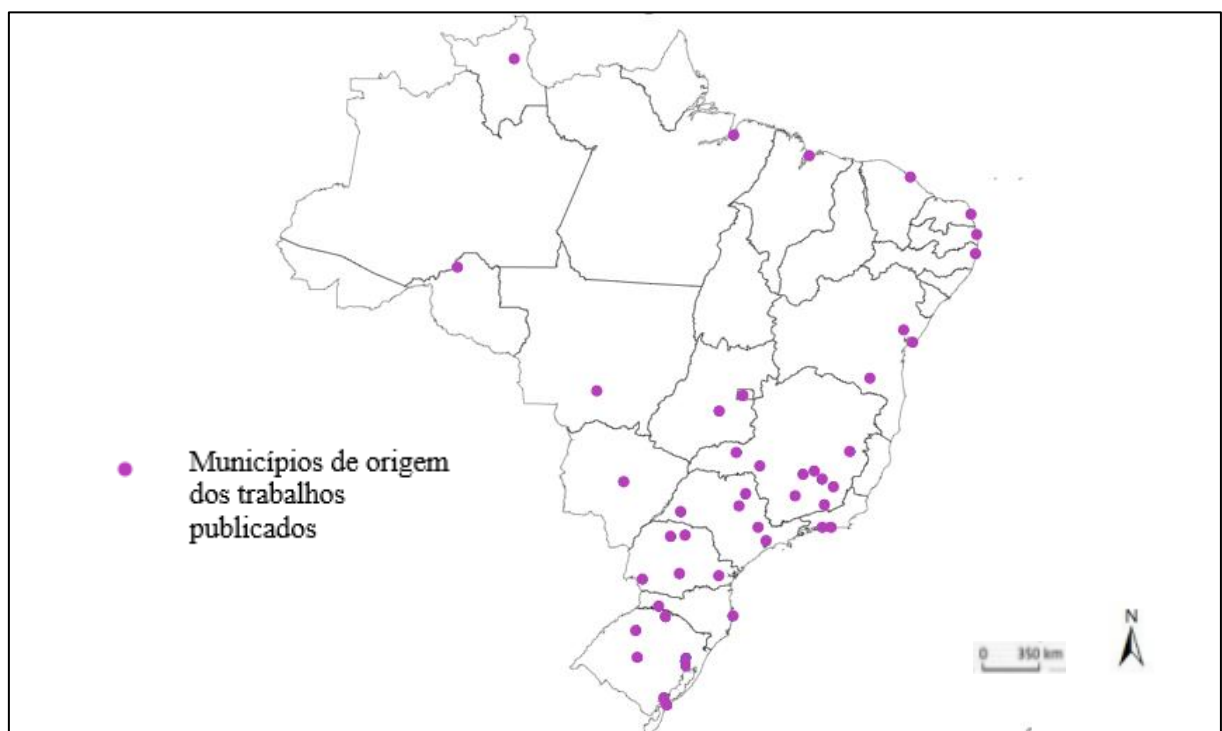
Optou-se por assinalar a localização das instituições tendo como referência suas sedes como solução cartográfica para um problema: há municípios que sediam mais que uma

instituição a qual se vinculam pesquisadoras e pesquisadores que têm seus trabalhos divulgados no evento da associação, o que tornaria inviável a georreferenciação em tal molde.

Adverte-se para outros dois ajustes necessários para a elaboração dos mapas quanto à filiação das autoras e autores dos 204 textos examinados: assumiu-se a instituição a qual se associa a primeira autora ou o primeiro autor do trabalho de pesquisa e dá-se preferência à primeira instituição quando mais de uma é indicada como lugar de procedência do trabalho científico analisado.

O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial dos municípios de origem dos trabalhos de pesquisa desenvolvidos nas 62 instituições¹⁵ identificadas nos anais do GT 23 da ANPED no período de 2004 a 2019. Essas instituições se distribuem em 18 dos 26 estados brasileiros, além do Distrito Federal (DF). Ainda que a abrangência da participação de pesquisadoras e pesquisadores nas reuniões científicas da área “Gênero, Sexualidade e Educação” possa ser destacada, trata-se de um GT que ainda não está irradiado em todo território nacional.

Mapa 1 – Localização dos municípios de origem dos trabalhos de pesquisa presentes nos anais do GT 23 da ANPED (27ª a 39ª reunião científica nacional)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021 a partir da Plataforma Bing Maps/GeoNames, Microsoft, 2021.

¹⁵ Dentre estas, há Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, a Fundação Carlos Chagas (FCC), entidade fundacional de utilidade pública, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), os Colégios Pedro II e Brigadeiro Newton Braga e a Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Evidencia-se a concentração do número de instituições no Sul e Sudeste, o que denota a acumulação da produção científica na região concentrada¹⁶, fato estudado por Gonçalves e Silva (1998) e Rosemberg (2001) e, especificamente no caso do GT 23, por Ferreira, Nunes e Klumb (2013).

Dentre os 204 trabalhos de pesquisa que compõem os anais de 2004 a 2019, 71 (34,80%) distribuem-se entre cinco IES: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (24); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (13); Universidade Federal do Paraná (13); Universidade Federal de Juiz de Fora (11) e Universidade de São Paulo (10).

Esta concentração de trabalhos em determinadas instituições pode ser relacionada à existência de núcleos e/ou grupos de pesquisa em gênero e/ou sexualidade. De fato, num breve levantamento, por meio de inferências contidas nos textos examinados, encontram-se os seguintes grupos, além dos já citados: Grupo de Estudos em Gênero, Sexualidade e(m) Interseccionalidades na Educação e(m) Saúde (GENI), na UERJ – associado ao GT 23 da ANPEd; o Núcleo de Estudos de Gênero, na UFPR desde 1994, cuja área de estudos predominante se insere no campo das Ciências Humanas/História e, a partir de 2013, é acompanhado pelo Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação, na mesma instituição; o grupo de estudos e pesquisa em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (GESED), desde 2010 em Minas Gerais, na UFJF e o Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual (Edges), na USP, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1999.

De fato, a visibilidade do tema gênero no espaço da ANPEd tem nos grupos de pesquisa “[...] os propulsores da produção e da luta por legitimação, especialmente dentro do GT 23, onde há um investimento constante dos mesmos.” (FERREIRA, 2015, p. 13).

Contudo, para além da existência dos grupos, há as circunstâncias históricas que podem estimular processos de construção de políticas públicas de gênero no Brasil e que estão relacionados com a produção científica na interface gênero e educação. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) trouxe, como linha de ação, a produção e difusão de conhecimentos sobre relações de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia em todos os níveis e modalidades de ensino.

Para tanto, foram propostas ações de apoio à formação e fortalecimento de núcleos de gênero especialmente em universidades públicas federais e estaduais, lançamento de editais de fomento à pesquisa no campo de estudos de gênero, mulheres e feminismo, apoio a programas

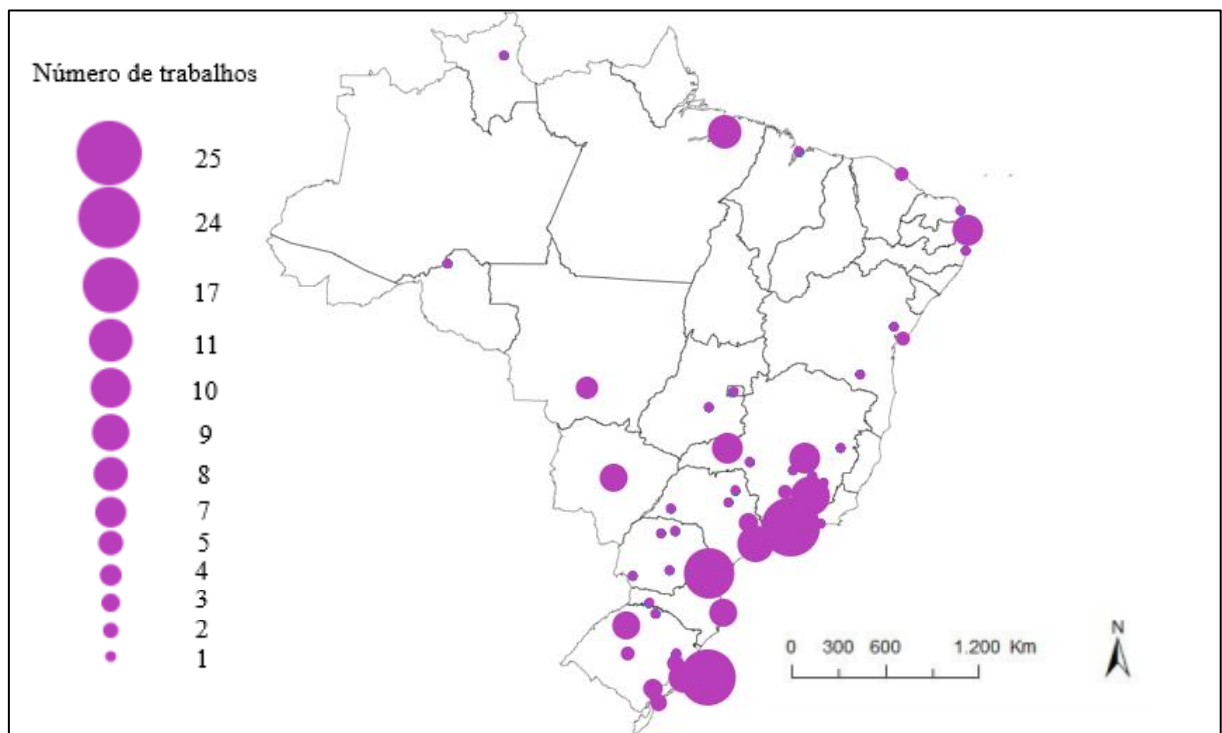
¹⁶ Região concentrada é conceito elaborado por Santos e Torres (1979) que resulta em proposta de divisão do Brasil em quatro regiões expressa em Santos e Silveira (2001).

e projetos de extensão universitária nas linhas temáticas relacionadas e incentivo à produção científica para o enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia (BRASIL, 2013).

Sugere-se, portanto, que realizar um mapeamento de núcleos e grupos de estudos e pesquisa em gênero e/ou sexualidade e de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação em educação que desenvolvem trabalhos acerca da temática pode, futuramente, contribuir para apreender quem produz e em que lugares se localizam as instituições nas quais se elaboram tais conhecimentos no âmbito acadêmico.

O Mapa 2 destaca os municípios das instituições de origem dos trabalhos do GT 23 divulgados nos anais da ANPED de maneira proporcional à quantidade de trabalhos de pesquisa apresentados nas 13 reuniões examinadas.

Mapa 2 – Distribuição dos trabalhos de pesquisa divulgados nos anais do GT 23 de 2004 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora, 2021 a partir da Plataforma Bing Maps/GeoNames, Microsoft, 2021.

Constata-se, nas regiões Norte e Nordeste, a concentração da procedência dos trabalhos de pesquisa divulgados nos anais do GT 23 respectivamente nos municípios de Belém (PA) e João Pessoa (PB). No Centro-Oeste, para as capitais Cuiabá e Campo Grande, em que há o Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero (GEPSEX), liderado pela pesquisadora Constantina Xavier Filha, converge a produção científica difundida nos eventos da ANPED.

Verifica-se nos estados do Sudeste, além da distinção do município de Uberlândia no oeste de Minas Gerais, um *continuum* que envolve Juiz de Fora, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nos estados do Sul destacam-se Curitiba e Porto Alegre como polos da elaboração de trabalhos científicos, provavelmente no contexto de desenvolvimento de núcleo, laboratório e grupos de pesquisa articuladores de gênero, sexualidade e educação e que têm seus trabalhos publicados nos anais examinados de 2004 a 2019.

Enfatiza-se que dos 204 textos selecionados, 162 foram produzidos por pesquisadoras e pesquisadores vinculados às instituições dos estados do Sul (82) e Sudeste (80), o que corresponde a 79,41% do total e revela, de maneira geral, a distribuição desigual da pesquisa no Brasil (FERREIRA; CORONEL, 2017) e, particularmente, a concentração da pesquisa científica divulgada nos anais do GT 23 da ANPEd nas IES públicas dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e São Paulo.

Para efeito de comparação, porcentagem pouco menor (72% da produção) e concentração no eixo Sul/Sudeste foi o que encontrou Rosemberg (2001) ao analisar a distribuição de frequência de teses e dissertações no período de 1981 a 1998 sobre o tema educação da mulher e relações de gênero em 37 universidades catalogadas pela ANPEd. À época, das nove universidades mais profícuas elencadas pela autora, UFRGS, USP e UFPB igualmente constam entre as que estão vinculadas a maior quantidade de trabalhos de pesquisa difundidos nos anais do GT 23 “Gênero, Sexualidade e Educação” de 2004 a 2019.

2.5.1 A participação das IES públicas e das privadas na construção e sustentação do GT 23 “Gênero, Sexualidade e Educação”

A Tabela 11 traz a quantidade de IES identificadas nos 204 textos classificadas por categoria administrativa e distribuídas pelas cinco regiões geográficas brasileiras.

Tabela 11 – Número de Instituições de Ensino Superior (IES) de origem dos trabalhos do GT 23 de acordo com a categoria administrativa por região – 27^a a 39^a reunião (2004-2019)

(continua)		
Região	Categoria administrativa	
	Pública	Privada
Total	43	14

(conclusão)

Região	Categoria administrativa	
	Pública	Privada
Centro-Oeste	3	1
Nordeste	9	0
Norte	4	0
Sudeste	13	8
Sul	14	5

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

A Tabela 11 corrobora o entendimento de que a maioria dos trabalhos de pesquisa publicados nos anais do GT 23 originam-se de IES públicas localizadas nas regiões Sul e Sudeste, assim como demonstra que o papel das IES privadas assume duas perspectivas diferentes.

Embora a maioria dos textos aprovados seja de procedência de universidades públicas, as IES privadas também difundem seus trabalhos sobre o tema no GT 23. À Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) vinculam-se pesquisadoras que contribuem com oito trabalhos e à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) filiam-se autoras responsáveis por sete. Os Centros Universitários Feevale (RS), Moura Lacerda (SP) e UNA (MG) e as Universidades de Itaúna (UI), Estácio de Sá (UNESA) e Vale do Rio Doce (Univale) também alocam pesquisadoras e pesquisadores do tema que participam do GT 23.

A Tabela 12 apresenta as 43 IES públicas distribuídas por região de acordo com o ente federado responsável (União ou estado). No Nordeste, referencia-se a vinculação de mais IES estaduais do que federais aos trabalhos divulgados no GT “Gênero, Sexualidade e Educação”, o que não se observa nas outras quatro regiões geográficas brasileiras, onde predominam instituições federais as quais se associam estudiosas e estudiosos do tema.

Reitera-se a concentração das IES no Sul e Sudeste, onde também há grupos de pesquisa que produzem e divulgam trabalhos no GT 23. Portanto, a presença destas coletividades é fundamental para a elaboração científica sobre a ampla temática “gênero, sexualidade e educação”.

Embora a investigação sobre grupos de pesquisa de gênero e/ou sexualidade não seja objeto de estudo desta monografia, insiste-se na impossibilidade de afirmar que nas regiões com poucas ou, até mesmo nenhuma contribuição acolhida no GT 23, não existam grupos

dedicados a estudos e pesquisas da temática. O mapeamento sobre o que se produz e quem produz na área especializada do conhecimento “gênero, sexualidade e educação” no Brasil é tarefa complexa que demanda trabalho coletivo para que suas diferentes nuances sejam evidenciadas por meio de pesquisas coordenadas.

Tabela 12 – Número de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas de origem dos trabalhos do GT 23, de acordo com o ente federado responsável – 27ª a 39ª reunião (2004-2019)

Região	IES federais	IES estaduais
Total	28	15
Centro-Oeste	3	0
Nordeste	4	5
Norte	3	1
Sudeste	9	4
Sul	9	5

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Em conclusão, constata-se, por meio da tabela 12 e de informações bibliográficas que constam nos textos examinados que, dentre as IES públicas, o número de universidades e institutos federais, além de um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), corresponde a 65,12% do total de instituições de procedência dos trabalhos de pesquisa selecionados. Tal dado sugere maior inserção de investigações científicas de gênero e/ou sexualidade em IES federais.

A localização da vanguarda desta discussão na academia situa-se nas IES públicas, especialmente nas federais, das regiões Sul e Sudeste do país. Estas regiões guardam características históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais que se combinam no estabelecimento de relações regionais da sociedade brasileira com as opressões. Se estas relações não são, estatisticamente, mais violentas com relação às mulheres que as registradas nas outras áreas do Brasil, é no Sul e Sudeste que se concentram acadêmicas interessadas em dar-lhes visibilidade, por meio da proposição de políticas, da elaboração de críticas, da discussão, em especial da agenda de direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, isto é, ações em cumprimento à função social essencial da universidade.

2.5.2 As políticas regionais de fomento como um fator de estímulo às pesquisas em gênero e sexualidade e seus reflexos no GT 23

Inicialmente, constata-se que 41,7% dos trabalhos publicados no evento foram financiados, o que é um resultado relevante, pois denota que há apoio das instituições de financiamento estatais para pesquisas referentes à temática “gênero, sexualidade e educação”.

A Tabela 13 identifica o número de trabalhos financiados por instituições de fomento à pesquisa federais, tais como a CAPES e o CNPq e estaduais, como a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), a FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e a FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul), entre outras.

Tabela 13 - Trabalhos de pesquisa financiados publicados nos anais do GE/GT 23 da ANPEd: 27ª a 39ª reunião (2004-2019)

Reunião/Ano	Quantidade de trabalhos	Quantidade de trabalhos financiados	Porcentagem de trabalhos financiados
Total	204	85	41,66
27ª/2004	13	6	46,15
28ª/2005	13	5	38,46
29ª/2006	12	5	41,66
30ª/2007	16	11	68,75
31ª/2008	11	6	54,55
32ª/2009	12	5	41,66
33ª/2010	15	9	60,00
34ª/2011	15	0	0,00
35ª/2012	17	6	35,29
36ª/2013	17	5	29,41
37ª/2015	26	13	50,00
38ª/2017	21	9	42,86
39ª/2019	16	5	31,25

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Ferreira, Nunes e Klumb (2013) averiguaram que o GT “Gênero, Sexualidade e Educação” continua a atrair pesquisadoras e pesquisadores desta área de conhecimento e que há captação de recursos das agências de fomento, o que pode sinalizar um ganho de visibilidade do problema social da opressão de gênero na academia, tendo em vista a gravidade das consequências sociais da violência de gênero. As referidas autoras, na investigação das

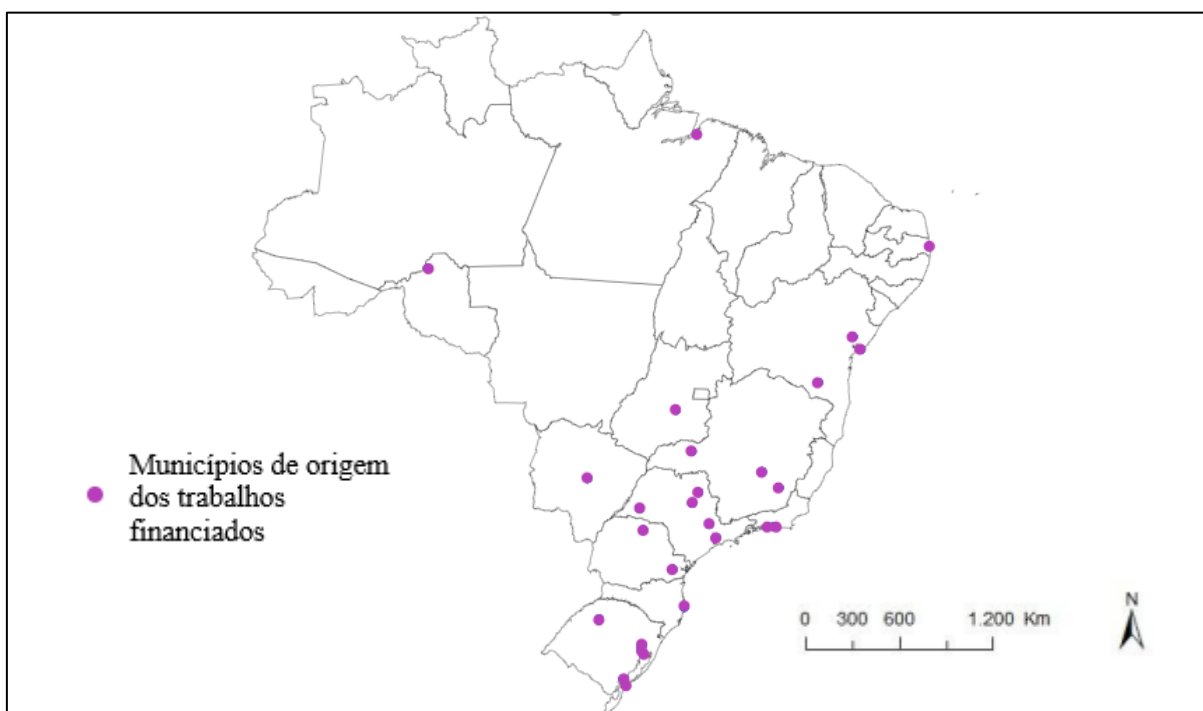
temáticas gênero e sexualidade nas reuniões da ANPEd de 2000 a 2006, levantaram a hipótese da “migração” de trabalhos de pesquisa sobre o tema de outros GT para o GT 23.

Em pesquisa posterior, Ferreira (2015) constrói a hipótese de que o crescimento da quantidade de trabalhos de gênero na ANPEd se deve à criação de um nicho. Ela conclui que houve manutenção da regularidade do número de textos sobre a temática em outros GT, porém nos GT Filosofia da Educação e Educação Especial, por exemplo, gênero não tem lugar.

Quanto ao fato de, no ano de 2011, na 34ª reunião, não constar registro da divulgação de nenhum texto proveniente de pesquisa subsidiada dentre os 15 trabalhos publicados, há possibilidade de que as informações bibliográficas disponibilizadas *online* tenham omitido tal elemento, ou houve coincidência na aprovação somente de pesquisas independentes.

O mapa 3 mostra os 27 municípios que sediam IES em que se desenvolveram trabalhos de pesquisa subsidiados por instituições de fomento e sua concentração no Sul e Sudeste do país. Num primeiro momento, pela apreciação do mapa, é imediata a associação entre a região concentrada, o maior número de pesquisas financiadas e o maior número de trabalhos aprovados. Isto indica, mais uma vez, que onde há mais circulação de dinheiro, arrecadação de impostos e investimento em pesquisa na temática de gênero e/ou sexualidade, este debate ganha mais espaço na academia.

Mapa 3 – Localização dos municípios de origem dos trabalhos de pesquisa financiados divulgados nos anais do GE/GT 23 da ANPEd de 2004 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora, 2021 a partir da Plataforma Bing Maps/GeoNames, Microsoft, 2021.

Nos estados do Norte e Nordeste, as Universidades Estadual e Federal do Pará, UEPA e UFPA, a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB – e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) contaram com financiamento para a elaboração de pesquisas acerca da temática “gênero, sexualidade e educação” que pode ser considerado abaixo da expectativa pois, segundo o Ipea (2020), o Pará e a Bahia figuram como *locus* das 10 maiores taxas de assassinatos de mulheres¹⁷ por 100 mil habitantes.

De modo a complementar esta constatação, entre 2008 e 2018 a taxa de homicídios de mulheres não negras diminuiu 11,7% enquanto a de mulheres negras aumentou 12,4%; com relação à violência LGBTfóbica, a ausência de indicadores dificulta medir a prevalência e a incidência deste fenômeno na sociedade brasileira (IPEA, 2020).

No Sul do país, na região metropolitana de Porto Alegre, onde se encontra a UFRGS, há outros dois municípios, Canoas e São Leopoldo nos quais, respectivamente, estão estabelecidas a ULBRA e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Estas são IES privadas que, além de pertencerem ao grupo de instituições contempladas com subsídios para a pesquisa da temática gênero e/ou sexualidade, parecem manter intercâmbios científicos com outras universidades do Rio Grande do Sul e que resultaram em trabalhos de pesquisa divulgados nos anais do GT 23 da ANPEd.

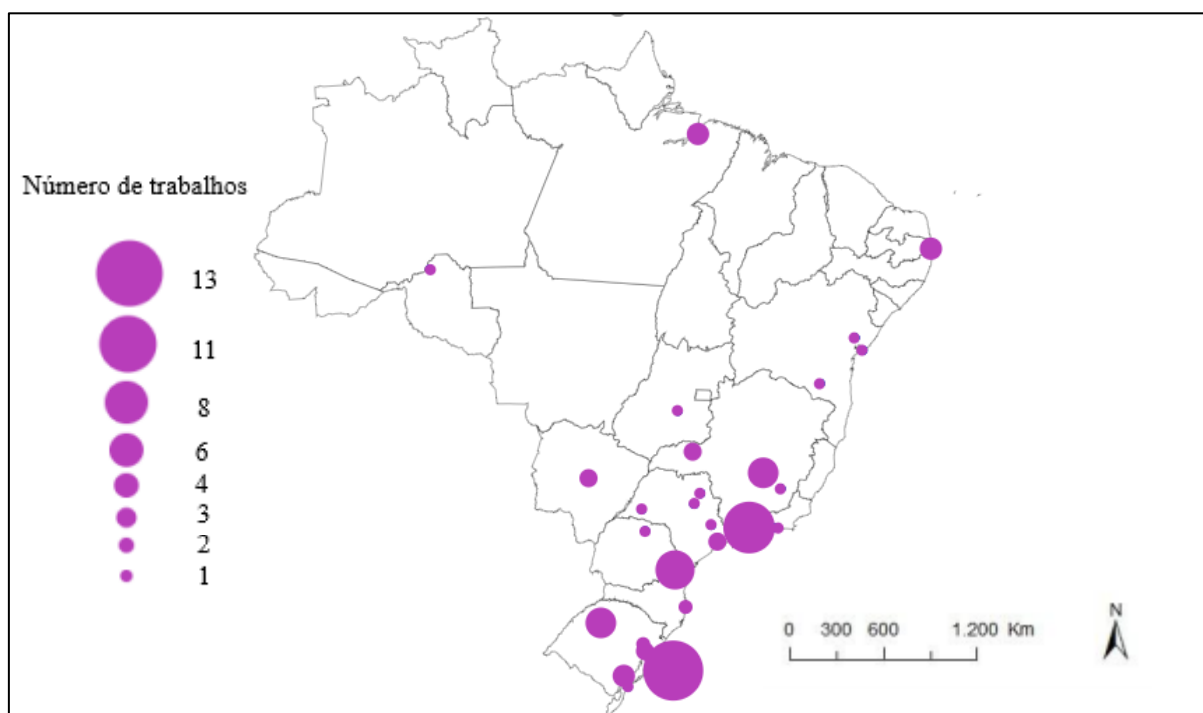
No estado de São Paulo, ressalta-se dentre as instituições cujas pesquisas foram financiadas e divulgadas no GT 23, o CUMML (Centro Universitário Moura Lacerda), de Ribeirão Preto; pesquisadoras a ele vinculadas realizaram trabalho fomentado pela FAPESP, “Abordagem da AIDS na escola: possibilidades e dificuldades com base nas representações sociais de professores da 6ª série do Ensino Fundamental”. A USP teve três trabalhos de pesquisa subsidiados difundidos nos anais dos eventos da associação no período de 15 anos.

2.6 Uma síntese do volume da produção no país financiada e divulgada no GT 23

Para fins didáticos, foi elaborado um mapa-síntese da quantidade de publicações financiadas por instituição de origem das autoras e autores no conjunto do período estudado. Optou-se por utilizar os círculos grandes para indicar maior número de trabalhos e os pequenos para menores números. Assim, é possível visualizar a localização dos municípios em que estão as IES que participaram do GT 23 com trabalhos de pesquisa fomentados de 2004 a 2019.

¹⁷ O Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), por não ter acesso à tipificação penal e à investigação criminal, não distingue assassinatos de mulheres dos crimes de feminicídio (IPEA, 2020).

Mapa 4 – Distribuição dos trabalhos de pesquisa financiados divulgados nos anais do GT 23 da ANPEd de 2004 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora, 2021 a partir da Plataforma Bing Maps/GeoNames, Microsoft, 2021.

Nos estados do Norte e Nordeste, as IES públicas localizadas em Belém do Pará e João Pessoa difundiram mais trabalhos financiados nos eventos da associação que as instaladas em Rondônia e na Bahia. Destaca-se, no Centro-Oeste, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), com três trabalhos financiados no período de 2004 a 2019.

No Sudeste, a UERJ se distingue com nove trabalhos subsidiados em 13 reuniões do GT 23 da ANPEd, superando a Universidade Federal de Minas Gerais, com cinco. A Universidade Federal Fluminense (UFF), sediada no município de Niterói, conta com apenas um trabalho de pesquisa financiado e divulgado nos anais *online* da associação, no ano de 2019.

Na região Sul, os municípios de Pelotas, Ijuí, Curitiba e Porto Alegre são, em sequência crescente de trabalhos de pesquisa fomentados, os municípios-sede de IES que se destacam. A UFRGS totaliza 12 trabalhos de pesquisa subsidiados, a UNIJUÍ se sobressai com seis textos resultados de estudos financiados, a UFPel com três e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) com um. Na capital paranaense a UFPR e a UTFPR são as instituições mais frequentemente contempladas com subsídios dos órgãos de fomento.

Tais resultados parecem denotar que a institucionalização de núcleos de gênero e/ou sexualidade, a organização de grupos de estudos e pesquisas centradas na temática podem implicar em maiores possibilidades de financiamento dos trabalhos de pesquisa difundidos nos

anais do GT 23 da ANPEd. Neste sentido, uma indagação que reservada para futuros pesquisas é se há linhas de pesquisa em cursos de pós-graduação nestes espaços, o que aponta para mais um elemento indutor das produções acadêmicas sobre “gênero, sexualidade e educação”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos levou a evidenciar que o GT “Gênero, Sexualidade e Educação” tem se constituído nas últimas décadas como um valioso espaço conquistado contra as opressões de gênero e orientação sexual, além de importante fórum de diálogo sobre temas tabu como as abordagens na escola sobre sexualidade na infância e na adolescência. Entretanto, enfrenta dificuldades para ampliar os referenciais teóricos relacionados ao uso do conceito de gênero nos trabalhos de pesquisa difundidos. Nesse sentido, esta monografia acompanha a análise de que existem limitações teórico-conceituais expressas pela majoritária presença de trabalhos de pesquisa que se fundamentam no referencial do pós-estruturalismo (FERREIRA; CORONEL, 2015).

Conforme Ferrari e Oliveira (2020) verificaram há, no período de 2006 a 2019, do total de 167 trabalhos de pesquisa selecionados¹⁸ no GT 23, 89 que adotam como autor de referência Michel Foucault, cuja produção sobre a sexualidade é importante, porém, circunscrita ao problema das relações de poder como práticas sociais historicamente construídas. Este conceito de poder foucaultiano desconsidera as determinações próprias das sociedades de classes, com suas estruturas binárias de poder da classe dominante sobre a classe dominada.

Este aspecto consolida a percepção de que o GT é um espaço na ANPEd para divulgação de resultados de pesquisa que se atém à sexualidade (FERREIRA; CORONEL, 2015). Por isso aponta-se para a necessária ampliação dos critérios de captação e seleção de trabalhos científicos no GT “Gênero, Sexualidade e Educação” que incluam a temática da opressão feminina combinada à exploração no modo de produção capitalista. Além disso, é fundamental a discussão da questão da violência machista sobre as mulheres, sob o referências das lutas de classes e da condição limitada do Estado democrático de direito burguês em garantir a distribuição de direitos aos homens e mulheres com maior igualdade, respeitando a diversidade e promovendo o combate ao machismo desde a escolarização.

Ao final deste trabalho, a constatação que responde ao nosso questionamento inicial foi de que, dentre as diversas temáticas que compõem o conjunto das publicações no GT 23 da ANPEd, o machismo e sua utilização como conceito necessário à compreensão da situação das mulheres na sociedade brasileira apresenta-se diluída nas temáticas discutidas, notadamente quando os objetos das investigações à questão da diversidade sexual.

¹⁸ Os autores Ferrari e Oliveira (2020) não obtiveram acesso aos trabalhos da 33ª reunião nem consideraram todos os trabalhos publicados no GT 23 na 39ª reunião nacional da ANPEd.

Assim, quando pesquisadoras e pesquisadores da educação difundem suas elaborações e propõem encaminhamentos à atuação de professoras e professores em sala de aula, por exemplo, a respeito da questão das relações de gênero, o conceito de machismo, bem como o de patriarcado, não adquirem centralidade no debate acadêmico, mesmo se tratando de um problema de violência tão complexo e com reflexos sobre o processo educacional, pois a socialização machista também se dá no espaço da sala de aula e da escola.

Tal verificação decorre do fato de o machismo ser interpretado como consequência de relações intersubjetivas sempre conflituosas entre os gêneros – “a guerra dos sexos”. Descarta-se, nesse sentido, o imprescindível entendimento da dimensão objetiva da realidade do machismo, como uma instituição decorrente do patriarcado que, no momento histórico atual, combina a opressão e a exploração nas sociedades de classes (SAFFIOTI, 2004). Essa recusa conceitual dificulta compreender o machismo em sua realidade empírica, estabelecida ao longo da história e em condições materiais específicas de existência, passíveis de transformação. Sua não utilização como categoria de análise produz estudos mais ocupados sobre como os indivíduos se percebem e se reconhecem no interior das identidades de gênero do que propriamente da reconstituição concreta do que é o fenômeno machista que, inclusive reúne, sob a dominação masculina dos homens sobre as mulheres, o heterossexismo e a homofobia (WELZER-LANG, 2001).

O fluxo de trabalhos inscritos e aceitos foi um indicativo do processo de construção do GT e seu reconhecimento, no âmbito da ANPED, o que se deu em duas etapas: de 2004 a 2010 a quantidade de textos aprovados no GT 23 era menor do que no período posterior, até o ano de 2019. Destacou-se em 2015 – na 37ª reunião – o maior número de trabalhos aprovados: 26, sendo 21 elaborados por autoras. Ao analisar estes períodos, evidenciou-se que as circunstâncias históricas, sociais e políticas podem ter influenciado o interesse pelo tema geral “gênero, sexualidade e educação”.

No âmbito educacional, presenciou-se a alteração no texto legal do PNE 2014-2024, cujas diretrizes, no contexto da superação das desigualdades educacionais brasileiras conceberam, inicialmente, os espaços educativos como promotores da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual (MENDES; MAHEIRIE; GESSER, 2020). Tal trecho, porém, após alteração proposta no Senado Federal, foi substituído pelo seguinte, de teor, ao mesmo tempo, impreciso e revelador da orientação liberal do modelo democrático burguês defendido pela maioria dos e das representantes do povo no Congresso Nacional: “[...] com

ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.” (BRASIL, 2014).

Do ponto de vista da política mais geral e da discussão da chamada “pauta de costumes” no Congresso Nacional, salienta-se que em 2015, na Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha foram enfatizadas propostas e decisões representativas dos retrocessos quanto aos direitos humanos. Entre elas, a redução da maioria penal, a resistência à criminalização da homofobia e à tipificação dos feminicídios enquanto crimes perpetrados em razão da condição feminina, modificações na Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual – o que conferiria aos profissionais de saúde autonomia para prescreverem, ou não, “pílula do dia seguinte” ou interrupção da gravidez às vítimas de estupro nos hospitais e postos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de convicções de foro íntimo que nada teriam a ver com necessidades médicas do paciente.

Do ponto de vista dos direitos sociais, foi o momento de imposição de regras que obstaculizaram ainda mais o acesso ao direito de se aposentar, bem como do veto do Congresso Nacional ao decreto da presidenta Dilma Rousseff que instituía a Política Nacional de Participação Social (PNPS), regulamentadora da atuação de conselhos, conferências e consultas à população brasileira.

É nessa conjuntura que as mulheres ocuparam as ruas das cidades brasileiras. Os movimentos sociais e, notadamente, os feministas, manifestaram-se contra o machismo, a homofobia, o racismo e o capitalismo. Assim, a hipótese indicada para o aumento do número de trabalhos aprovados no GT 23 em 2015 pode se constituir em resposta da academia à necessidade de produção de dados empíricos sobre a realidade social, para dotar o campo político das proposições de pesquisas científicas orientadoras no tratamento destas problemáticas direta ou indiretamente relacionadas ao âmbito educacional. A isto foram agregados os fatores que implicam na influência, no reconhecimento, na visibilidade e na consolidação do GT “Gênero, Sexualidade e Educação” da ANPEd como fórum de debate das temáticas a ele relacionadas e que, especialmente nos últimos três anos, têm sido atacadas por meio do aprofundamento das políticas de desmonte do Estado, bem como das incipientes políticas públicas para as mulheres, para as crianças e para a juventude da classe trabalhadora do Brasil.

Identifica-se que a preocupação prioritária das pesquisadoras e pesquisadores do GT tem sido o subtema “gênero, sexualidade e escola”, que concentra mais da metade do total de trabalhos. Há, sob esta rubrica, textos que possuem potencial para orientar estudantes de

Pedagogia, professoras, professores, gestoras e gestores e/ou que contém relatos de propostas de atuação na sala de aula ou na escola acerca das temáticas das relações de gênero nas práticas escolares, da diversidade sexual, da abordagem de gênero e sexualidade na Educação Infantil e na adolescência e, mais recentemente, da “ideologia de gênero” no contexto do Programa Escola Sem Partido, para uso na formação inicial e continuada de trabalhadoras e trabalhadores da educação. Entendemos que, nesse quesito, o balanço do GT é bastante positivo.

Outrossim, o subtema “gênero, violência e escola” foi pouquíssimo explorado e num contexto mais recente pois, dos cinco trabalhos, três foram publicados nos anais da 39ª reunião, em 2019. Ainda que a pouca quantidade de textos sobre este tema no GT 23 aponte tanto para a necessidade de investigar-se os outros GT da ANPEd como da premente ampliação e divulgação das produções acadêmicas em educação a ele relacionadas, assinala-se que o foco das recentes pesquisas foi a violência contra professoras, professores e estudantes LGBTQIA+.

Com relação à violência associada às mulheres, identificou-se apenas um trabalho, o de Neves (2012), referente a episódio de conflito entre duas alunas nos corredores de uma escola de classe média alta numa capital do Sudeste; este foi utilizado para empreender uma análise a respeito dos discursos socialmente apropriados com relação às relações sociais de gênero. Sugere-se, portanto, dada a lacuna de investigações direcionadas às questões referentes à violência contra as mulheres, novas pesquisas que possam abarcá-la.

Investigar as produções acadêmicas sobre “gênero, sexualidade e educação” do GT 23 da ANPEd permitiu conhecer características gerais e específicas do que se produz e se divulga nesta associação sobre a temática nos últimos 15 anos, mas mostrou que estender o estudo do objeto desta investigação aos outros 22 GTs futuramente poderá enriquecer o esclarecimento sobre o papel da ANPEd como agência de produção de consensos que contribuem para o combate ao machismo, à LGBTfobia, enfim, para o respeito à diversidade sexual.

O trabalho de Ferreira (2015) foi o único sobre “História da educação das mulheres” no GT 23. Entretanto, Ferreira, Klumb e Fetter (2013) analisaram que outro GT, mais antigo, – o número 2 “História da Educação” tem divulgado resultados de pesquisa sobre história da educação da mulher e a respeito da feminização da docência desde meados dos anos 1980 e o GT 3 “Movimentos Sociais e Educação”, o GT 6 “Educação Popular” e o GT 14 “Sociologia da Educação” também acolhem textos sobre os temas-objeto gênero e sexualidade muito frequentemente (FERREIRA; KLUMB; FETTER, 2013).

De fato, o problema da opressão e exploração feminina é uma questão cuja pesquisa exige aportes da história, sociologia, antropologia, saúde e, até mesmo da economia, quando se

considera o recorte de classe na exploração do trabalho feminino como elemento fundamental à reprodução do capitalismo (HIRATA, 2012) e que escapa às análises intersubjetivas das relações entre gêneros.

Ainda que a questão da combinada opressão e exploração da mulher não seja um tema recorrente, nas discussões sobre o trabalho docente ela aparece. A categoria temática “gênero, sexualidade, trabalho e formação docente”, constituiu-se em 65,22% do total de 46 trabalhos de pesquisa, apresentando discussões sobre processos de feminização e feminilização do magistério. A profissionalização e a proletarianização docentes, que têm sido investigadas no contexto da desvalorização do magistério, podem ser estudados por meio das categorias marxistas falsa consciência, alienação, fetichismo e reificação, a fim de compreender e explicar os mecanismos que historicamente ocorreram e ocorrem no Brasil e como a consciência individual das professoras é submetida a um entendimento ilusório e fragmentado de sua participação nas relações sociais (TAMBARA, 2007).

Fontana (2019) discute gênero na perspectiva da formação docente em Ciências e Matemática nos trabalhos dos anais da ANPED e do ENPEC entre 2005 e 2017. A este reuniram-se, na categoria temática “produção científica sobre gênero e sexualidade nos anais da ANPED/ENPEC”, os textos de Ferreira e Nunes (2010), Backes e Pavan (2011) e Ferreira (2015). São os trabalhos de pesquisa que se ocupam sobre o que se produz academicamente em “gênero e sexualidade” e que se divulga nos eventos da associação em educação e educação em Ciências.

Destacaram-se dois trabalhos de pesquisa sobre núcleos, grupos de estudos das mulheres e movimento feminista na educação superior brasileira. Em um deles ainda há predomínio da discussão das questões da identidade de gênero. Porém não se articula estas temáticas às lutas anticapitalista, anticolonialista e anti-imperialista – mais amplas e tradicionais – nem às lutas antiopressão: de gênero, orientação e de raça/etnia.

Relaciona-se essa desarticulação a pouca “intercomunicação” dos conhecimentos produzidos pelos estudos da mulher à pesquisa educacional e, igualmente, a baixa incidência, nas investigações científicas em educação, das contribuições do que se produz sobre a mulher nas outras áreas especializadas do conhecimento, o que já foi apontado por Bruschini e Amado (1988). Moraes e Silva (2017), em trabalho sobre as relações de gênero e Política Nacional para Mulheres, fizeram um balanço interessante sobre os avanços e limites das políticas focais após a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003.

A autoria da produção científica em estudo é majoritariamente feminina: dos 204 trabalhos, 151 foram elaborados individualmente por mulheres. Considera-se que o que produziu tal dominância relaciona-se ao processo histórico de feminização e feminilização do magistério e ao surgimento dos estudos sobre mulher no Brasil, cuja tônica é a integração das pesquisadoras à comunidade científica das Ciências Sociais (HEILBORN; SORJ, 1999) e das Ciências Humanas (COSTA, 1994), no contexto dos avanços das lutas feministas.

Poucos pesquisadores se interessam pelas temáticas circunscritas aos estudos das mulheres, sobre mulheres e de gênero, pois as relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade brasileira e o desempenho dos papéis sociais na manutenção da organização patriarcal também privam os homens do pleno desenvolvimento psicossocial (SAFFIOTI, 1987), fundamental para a educação das novas gerações. Nesse sentido, entende-se que especialmente com relação ao processo educativo, porém de maneira socialmente ampla, as engajamento dos homens na teorização e nas lutas pela emancipação feminina está aquém das possibilidades de compreensão de que esta é imprescindível para a emancipação de toda a sociedade, rumo às relações civilizatórias de nível superior.

As comparações entre as autorias masculina e feminina e os temas preferidos de pesquisadoras e pesquisadores permitiram a conclusão de que os autores não se interessam por, por exemplo, questões relacionadas ao gênero e sexualidade de crianças, adolescentes e jovens, notadamente no contexto escolar, nem pelos elementos didáticos relacionados à temática “gênero e sexualidade”, no âmbito do GT em análise.

Tal constatação aponta tanto para a necessidade de ampliação da pesquisa em busca de respostas que possam comprová-la ou refutá-la – com relação à participação masculina em investigações sobre gênero e sexualidade no contexto escolar da educação básica em outros GT – como potencializa a importância da incorporação da crítica feminista marxista pelas teorias pedagógicas contra-hegemônicas, em direção à “[...] humanização do homem, também castrado em muitas dimensões da vida. E para que este processo de humanização dos elementos masculinos tenha êxito faz-se necessário humanizar mulheres e negros.” (SAFFIOTI, 1987, p. 115). Estudar as relações de gênero na organização social patriarcal ignorando seus vínculos com o racismo e o capitalismo compromete de forma irremediável os resultados dos trabalhos de pesquisa (SAFFIOTI, 2004), assim como pensar um “novo *ethos* educativo” desvinculado da dialética gênero, raça/etnia e classe social igualmente se apresenta como uma quimera (MORAES, 2020).

A assimetria regional do sistema de pós-graduação brasileiro (SANTOS; AZEVEDO, 2009) e, especificamente, a institucionalização dos estudos de gênero em núcleos e grupos de estudo e pesquisa constituídos nas universidades públicas podem ter exercido uma influência na regionalização dos debates, na forma de grupos e núcleos. Destacam-se, nesse sentido, as características da região concentrada – centro nacional de informações e convergência de fluxos (SANTOS; SILVEIRA, 2001): concentração do PIB (Produto Interno Bruto), controle do mercado interno, da hierarquia do sistema urbano brasileiro, com a presença de metrópoles e grandes cidades e, nestas, das maiores universidades do país, polos acadêmico-científicos.

Identificou-se uma vanguarda das IES públicas localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país, conforme discutiu-se anteriormente. E, o mais interessante, é que existe coincidência entre a localização das pesquisas financiadas, as regiões onde mais se faz pesquisa no tema e a maior circulação de riqueza nesses territórios. Portanto, a existência de maior apoio das instituições de fomento estatais para as investigações relacionadas à temática “gênero, sexualidade e educação” nas IES da região sudeste e sul, com ênfase nas instituições-polo UFRGS, UERJ, UNIJUÍ e UFPR, demonstram as disparidades regionais já existentes na produção e divulgação dos trabalhos de pesquisa em gênero e/ou sexualidade.

Algumas relações e mediações com a realidade social brasileira foram registradas nos trabalhos do GT 23, como as discussões nas escolas e nos documentos oficiais da educação sobre o respeito às diversidades regionais, raciais/étnicas, de orientação sexual e de gênero. Compreende-se que, por um lado, o discurso contra o machismo, por meio dos movimentos feministas, ganhou as ruas, porém adentra timidamente na academia; por outro lado, o que se denomina androcentrismo ou sexismo não tem sido reconhecido como categoria válida nem desenvolvido conceitualmente.

Em tempos de ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos “terrivelmente cristão”, há uma revisão da Política Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em curso. Nessa conjuntura o governo tem imposto uma visão reacionária e conservadora da família “de bem”, ao mesmo tempo em que ameaça os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, especialmente quando tenta impedir o aborto legal de uma menina vítima de violência sexual, faz campanha contra a vacinação de meninas contra o HPV e eleva a abstinência sexual como alternativa à prevenção das IST e da gravidez na adolescência. Mediante tantas “teses” anticientíficas, é preciso pesquisa financiada em todo Brasil, para produzir consensos fundamentados e vencer o obscurantismo.

Em meio a discursos eugenistas e elitistas, a política econômica de orientação ultraneoliberal não encontra recursos para auxílio emergencial digno – o povo é assombrado pela fome e pela violência doméstica – enquanto a mídia corporativa mantém na pauta o teto de gastos em garantia ao projeto de austeridade fiscal. Nas escolas, ainda sob o impacto continuado da pandemia e numa conjuntura em que uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado investiga se houve, de fato, uma política para disseminação do vírus causador da COVID 19 no país, com vistas à constituir a assim chamada “imunidade de rebanho”, por ação governamental direta, uma categoria constituída majoritariamente por mulheres – de profissionais da educação – ainda trabalha a distância e presencialmente sem terem recebido vacinação em duas doses, aprofundando a exploração e a opressão, agora sob uma nova violência, o adoecimento.

Portanto, colocar de volta a vida no centro da sociedade que muitas gerações sonharam e sonham construir implica em exercer o legítimo direito das sociedades democráticas de destituir o governo genocida, machista, racista e LGBTfóbico. Isto é fundamental para que se possa continuar vivendo, trabalhando e estudando pela transformação profunda da realidade social, cuja construção de consensos não prescinde da academia e suas organizações, especialmente a ANPED, que ao longo de décadas tem se transformado num dos mais importantes instrumentos de comunicação científica do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ACCORSI, Fernanda Amorim. **Professoras, levem mulheres à sala de aula: do jornalismo violento à prática pedagógica filógena**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5856>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- AIDS avança entre os jovens em cenário de cortes na saúde, alerta pesquisadora. **Agência FAPESP**, São Paulo, 17 de dezembro de 2019. Notícias. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/aids-avanca-entre-os-jovens-em-cenario-de-cortes-na-saude-alerta-pesquisadora/32210/>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ARAÚJO, Denise Bastos de. **Olhares e vozes da escola: elementos para a formação de políticas públicas para o respeito à diversidade sexual e de gênero**. 2016. Tese – Doutorado em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25813>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- BACKES, José Licínio; PAVAN, Ruth. A produtividade dos conceitos de identidade, diferença e cultura nos estudos de gênero articulada com as epistemologias. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 34., 2011, Natal. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2011, p. 1-15. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT23/GT23-337%20int.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.
- BANDEIRA, Gustavo Andrada. Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 32., 2009, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2009. p. 1-15. Disponível em: <http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5384--Int.pdf>. Acesso em 17 nov. 2020.
- BARBOSA, Regina Maria; AQUINO, Estela Maria Leão de; HEILBORN, Maria Luiza; BERQUÓ, Elza. Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva – uma proposta de formação interdisciplinar em pesquisa. In : BARBOSA, Regina Maria; AQUINO, Estela Maria Leão de; HEILBORN, Maria Luiza; BERQUÓ, Elza. (orgs.). **Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva**. Campinas: Editora Unicamp, 2002. p. 9-21.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. (Coleção sexualidade, gênero e sociedade).
- BLAY, Eva Alterman. **Mulher, escola, profissão: estudo sociológico do ginásio industrial na cidade de São Paulo**. 1969. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1969.
- BLAY, Eva Alterman; UEHARA, Helena Mitsuko; VIARO, Mário Eduardo. **Teses de mestrado, doutorado e livre-docência sobre mulher, defendidas na USP entre 1985 e 1989**. São Paulo: NEMGE/USP, 1990.

BLAY, Eva Alterman. **Trabalho domesticado**: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 19 abril 2021.

BRASIL. Presidente da República. **Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 maio 2021.

BRUSCHINI, Cristina. Perfil institucional: Fundação Carlos Chagas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1-2, p. 229-233, jan./dez. 1996. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/406>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 17-32, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16287>. Acesso em: 2 maio 2021.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002. p. 17-58.

BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil. Tradução de Clara Allain. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2017. Caderno Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em: 1 maio 2021.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 65-100, jun. 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2021.

CARUSO, Gabriela de Brito. A institucionalização dos estudos de mulheres, gênero e feminismo em tempos de ditadura militar. **Revista Novos Rumos Sociológico**, Pelotas, v. 7, n. 11, p. 363-395, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/17054/11734>. Acesso em: 12 maio 2021.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FREITAS, Mayanne Júlia Tomaz; SILVA, Karina Ingredy Leite. Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2015. p. 1-17. Disponível: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3761.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de *gênero* no discurso educacional no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 119-136, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000100119&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2021.

CHAGAS, Claudia Regina Ribeiro Pinheiro das. As fotografias de mulheres negras que não encontrei – em diferentes contextos escolhidos por um grande jornal. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, n. 33., 2010, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2010. p. 1-12. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6576--Int.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2021.

CLAM. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos. **Quem somos**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.clam.org.br/quem-somos/conteudo.asp?cod=65>. Acesso em: 23 maio 2021.

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres? *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2015. p. 1-14. Disponível: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4364.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644535>. Acesso em: 1 maio 2021.

CÔRREA, Mariza. Não se nasce homem. *In: ENCONTROS ARRÁBIDA*, n. 7., 2004, Lisboa. **Anais [...]** Campinas: UNICAMP, 2004. p. 1-14. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/942_926_naosenascehomem.pdf. Acesso em: 18 maio 2021.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 66, p. 63-69, ago. 1988. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1206>. Acesso em: 3 maio 2021.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. spe., p. 401-409, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16172/14723>. Acesso em: 4 maio 2021.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 5-15, ago. 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1389>. Acesso em: 3 maio 2021.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma contribuição ímpar: Os *Cadernos de Pesquisa* e a consolidação dos estudos de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 80, p. 91-99, fev. 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1007>. Acesso em: 15 maio 2021.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e práxis feminista na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. spe., p. 387-400, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171/14722>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez; Niterói: EdUFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 1991.

DAMICO, José Geraldo Soares. As obrigações no trabalho doméstico familiar de jovens estudantes: uma questão de gênero. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 30., 2007, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2007. p. 1-16. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3496--Int.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020.

FACCHINI, Regina. Prazer e perigo: situando debates e articulações entre gênero e sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 47, e164714, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200601&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2021.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 161-193, jun. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/833>. Acesso em: 15 maio 2021.

FALQUET, Jules. Por uma anatomia das classes de sexo: Nicole-Claude Mathieu ou a consciência das oprimidas. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 9-23, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/25688/18324>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FEDERICI, Silvia. Rumo a Pequim: como a ONU colonizou o movimento feminista (2000). In: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FÉLIX, Jeane. Sexualidades juvenis e diagnóstico soropositivo: a AIDS como processo de (des)aprendizagens. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, n. 36., 2013, Goiânia. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2013. p. 1-14. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2870_texto.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

FERRARI, Anderson; OLIVEIRA, Danilo Araujo de. Subversão e resistência no GT 23 da ANPED a partir de Michel Foucault. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de

Janeiro, v. 6, n. 3, p. 815-835, dez. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/54561>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. O campo do gênero na ANPED. Hipóteses em construção. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]* Rio de Janeiro: ANPED, 2015. p. 1-18. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3512.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. Sobre a legitimação do campo de gênero na ANPED. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 815-831, set. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000300815&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2020.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; KLUMB, Márcia Cristiane Völz; FETTER, Maria Cecília Madruga Monteiro. Mapeando a produção sobre gênero e sexualidades na ANPED. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, n. 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-10. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381512355_ARQUIVO_MarciaOndinaVieiraFerreira.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; NUNES, Georgina Helena Lima. Panorama das produções sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da ANPED (2000-2006). *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, n. 33., 2010, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2010. p. 1-16. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6147--Int.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; NUNES, Georgina Helena Lima; KLUMB, Márcia Cristiane Völz. As temáticas gênero e sexualidades nas reuniões da ANPED de 2000 a 2006. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 55, p. 899-920, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 out. 2020.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Gênero e educação: a formação em economia doméstica. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2015. p. 1-15. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-3605.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FONTANA, Mariana. Aspectos da História, Filosofia e Sociologia da Ciência (HFSC) em Estudo de Gênero na Pesquisa em Educação em Ciência e Matemática. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 39., Niterói. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 1-9. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_22_11. Acesso em: 13 jun. 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame da relação entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 7. ed. São Paulo: EditoraCortez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo:Atlas, 2008.

GOETTEMS, Lisiane; SCHWENGBER, Maria Simone Vione; WISNIEWSKI, Rudião Rafael. As diversidades sexuais na escola: (in)junções discursivas entre a religião e o Estado laico. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 38., 2017, São Luís. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2017. p. 1-16. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_656.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

GOLDSTEIN, Ariel. **Bolsonaro: la democracia de Brasil en peligro**. Buenos Aires: Marea Editorial, 2019.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GONÇALVES, Raquel Quirino. Relações de gênero, tecnologia e formação profissional de mulheres no segmento da mineração. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 37., 2015. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2015. p. 1-11. Disponível: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4518.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

GOUVEIA, Aparecida Joly. As Ciências Sociais e a pesquisa sobre educação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 71-79, jun. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701989000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. Gênero, sexualidade e reprodução: a constituição dos estudos de gênero, sexualidade e reprodução no Brasil. *In: MARTINS, Carlos Benedito; DUARTE, Luiz Fernando Dias. (orgs.). Horizonte das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 293-340.

GUTMANN, Matthew. O machismo. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 34, p. 95-120, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41518>. Acesso em: 08 jun. 2021.

HAYEK, Friedrich August von. **A constituição da liberdade**. Tradução de Pedro ElóiDuarte. Lisboa: Edições 70, 2017. (Coleção biblioteca de teoria política, n.17).

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. *In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (orgs.). Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. *In: MICELI, Sérgio (org.). O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: ANPOCS/CAPES: 1999. v. 2, p. 183-221. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/o-que-ler-1970-1995/volume-ii-sociologia/643-estudos-de-genero-no-brasil/file>. Acesso em: 5 maio 2021.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.

IPEA. Instituto Superior de Pesquisa Aplicada. **Atlas da Violência 2020**, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 28 maio 2021.

JUSTEN, Andréia Fröhlich. **Políticas públicas para as mulheres: compreensão a partir das narrativas de mulheres atendidas nos municípios de Santa Rosa e Santo Ângelo (RS)**. 2018. Dissertação – Mestrado em Desenvolvimento de Políticas Públicas, *Campus Cerro Largo*, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1932>. Acesso em: 08 jun. 2021.

KLEIN, Carin; VARGAS, Juliana Ribeiro de. Juventudes em biopolíticas contemporâneas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, n. 39., 2019, Niterói. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 1-7. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_44_1. Acesso em: 6 fev. 2021.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. **Revista Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2021.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **“Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3992>. Acesso em: 18 maio 2021.

LEVI, Joseph Abraham. Estudos de mulher e de gênero nos Estados Unidos da América. Séculos XIX e XXI: temáticas e abordagens. **Campus Social**, Lisboa, n. 3-4, 2007. Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/1929>. Acesso em: 18 maio 2021.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CAMARGO, Luciene dos Santos. A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de Presidente Prudente. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 29., 2006, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2006. p. 1-17. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-1810--Int.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. Educação para mulheres na América Latina: uma análise decolonial dos escritos de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, n. 38., 2017, São Luís. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 1-15. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_858.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista**

katálýsis, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2019.

LIRIO, Flávio Corsini. Educação e violência sexual: fragilidades da rede de proteção. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, n. 39., 2019, Niterói. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2019. p. 1-6. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_27_0. Acesso em: 18 jan. 2021.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (orgs.). **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MACKINNON, Catharine. *Towards a feminist theory of State*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

MADEIRA, Felícia Reicher; SINGER, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. **Cadernos Cebrap**, São Paulo, n. 13, p. 5-41, 1975.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. In: **Educar em Revista**, [S.l.], v. 34, n. 71, p. 223-239, nov. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/59428>. Acesso em: 02 jun. 2021.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MATHIEU, Nicole-Claude. Sexo e gênero. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène le; SENOTIER, Danièle. (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATOS, Marlise. A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudo de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: a experiência da RedeFem. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA, n. 1., 2006, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2006. p. 91-106.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. A segunda onda feminista. **Mulherio**, São Paulo, ano 1, n. 6, mar./abr. 1981. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf. Acesso em: 1 maio 2021.

MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira; MAHEIRIE, Kátia; GESSER, Marivete. A retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. **Revista Diversidade & Educação**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 128-151, dez. 2020. Disponível em: <https://seer.furg.br/divedu/article/view/12282>. Acesso em: 04 jun. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann; RIBEIRO, Cláudia; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Gênero, sexualidade e educação. “Olhares” sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G. E. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2003. p. 1-16.

MONCAU, Gabriela. Sistema sexo-gênero – Gayle Rubin. *In: Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/sistema-sexo-genero-gayle-rubin>. Acesso em: 18 maio 2021.

MONTEIRO, Thiago William Nunes Gusmão. “**Como pode um povo vivo viver nesta carestia**”: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MORAES, Eunice Léa de. SILVA, Lucia Isabel Conceição da. Políticas para as Mulheres e os desafios da institucionalidade. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 38., 2017, São Luís. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANPED, 2017. P. 1-16. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT23_433.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista dos anos 70**. Textos n. 5. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras/Unesp, 1990.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1996. (Coleção Primeira Versão)

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 99-105, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634466>. Acesso em: 17 maio 2021.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Raízes do feminismo político e embates atuais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 8-23, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/38134>. Acesso em: 5 maio 2021.

MORAES, Samanta Camacam. **O feminismo marxista de Heleieth Saffioti: contribuições à Educação Escolar**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/193071>. Acesso em: 05 jun. 2021.

NEVES, Paulo Rogério da Conceição. Violência, traição e gênero: uma briga de meninas em uma escola privada. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, n. 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANPED, 2012. p. 1-19. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2238_int.pdf. Acesso em: 04 jun. 2021.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora primária**: mestra ou tia. 4.ed. São Paulo: Cortez/Editora Autores Associados, 1991.

NUNES, Maria das Dores Sousa; MADEIRO, Alberto; DINIZ, Debora. Morte maternas por aborto entre adolescentes no Piauí, Brasil. **Saúde em Debate**: Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, p.

1132-1144, out. 2019. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000401132&lng=en&nrm=iso Acesso em: 20 abr. 2021.

ONU MULHERES BRASIL. **Conferências Mundiais da Mulher**. 2021. Disponível em:
<http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 12 maio 2021.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 19, p. 7-24, dez 1990. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823>. Acesso em: 26 maio 2021.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras* e o Círculo de Mulheres brasileira: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan./jun. 2007. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/40109>. Acesso em: 15 maio 2021.

PESSANHA, Eurize Caldas. **Ascensão e queda do professor**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

PISTRAK, Moysey Mikhailovich. **A escola-comuna**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

PONTES, Rúbia Marcussi. Gênero e desenvolvimento nas Nações Unidas: avanços e desafios com o *gender mainstreaming*. Revista **Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 2, p. 38-59, dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1374>. Acesso em: 22 maio 2021.

PORTAL MEC. Ministério da Educação. **PNLD**. Brasília, 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 23 abr. 2021.

RAMIRES NETO, Luiz. Um silêncio desconcertante: a homossexualidade permanece invisível na escola. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 27., 2004, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2004. p. 1-15. Disponível em:
<http://27reuniao.anped.org.br/ge23/t237.pdf>. Acesso em 13 set. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RITTI, Rosalinda Carneiro de Oliveira. Adolescentes violentos? Que discurso é esse? Práticas discursivas e constituição do masculino na periferia. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 35., 2012, Porto de Galinhas. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2012. p. 1-16. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1454_int.pdf. Acesso em: 31 mar. 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 47-68, jun. 2001. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia. Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. **Cadernos de Pesquisa**: São Paulo, v. 39, n. 137, p. 489-519, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Estudos sobre mulher e relações de gênero. *In*: MICELI, Sérgio. (org.). **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1993. p. 205-236.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. **Cadernos Pagu**: Campinas, n. 16, p. 151-197, 2001b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 maio 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p. 62-74, fev. 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1004>. Acesso em: 1 maio 2021.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith Pompeu; MONTENEGRO, Thereza. **Mulher e educação formal no Brasil**: estado da arte e bibliografia. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Brasília: INEP/REDUC, 1990. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002536.pdf>. Acesso em: 2 maio 2021.

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Carta aberta ao povo de Deus**. 2010. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/marinetemerss/carta-aberta-ao-povo-de-deus-dilma>. Acesso em: 23 abr. 2021.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS CORPO, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 18 maio 2021.

SABAT, Ruth. Educar para a sexualidade “normal”. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 27., 2004, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2004. p. 1-11. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/t2311.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil urgente)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica)

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Profissionalização feminina**: professoras primárias e operárias. Araraquara: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Conceituando o gênero. *In*: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF: NIPAS; UNICEF, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. *In*: KUPSTAS, Marcia. (org.). **Violência em debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997. p. 39-57.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; CANÇADO, Maria Elena Ruschel; ALMEIDA, Suely Souza de. A rotina da violência contra a mulher: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL AMÉRICA 92. RAÍZES E TRAJETÓRIAS, n. 1., 1992, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 1992. p. 1-37.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 42, p. 534-605, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000300010>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; TORRES, Ana Clara. **O conceito de Região Concentrada**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1979. Mimeografado.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Migrações perigosas: as (des)venturas semânticas do conceito de gênero nos projetos e políticas para mulheres no Brasil. *In*: GONÇALVES, Eliane; VANNUCHI, Maria Cecília; TOSTA, Tania Ludmila Dias. (orgs.). **Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais**. Goiânia: PUC-Goiás, 2014. p. 19-48.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644536>. Acesso em: 2 maio 2021.

SCAVONE, Lucila. Ciência e militância: os estudos de gênero no Brasil. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, n. 35., 2011, Caxambu. **Anais [...]** São Paulo: ANPOCS, 2011. p. 1-18. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt15-25/992-ciencia-e-militancia-os-estudos-de-genero-no-brasil/file>. Acesso em: 5 maio 2021.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2021.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. A produção da mãe leve, flexível, forte nas páginas de Pais & Filhos. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, n. 30., 2007, Caxambu. **Anais [...]** Rio

de Janeiro: ANPED, 2007. p. 1-17. Disponível em:
<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3110--Int.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Ensina-se a mais antiga das artes às mulheres: a deter filhos e tornar-se mãe carinhosa. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, n. 31., 2008, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2008. p. 1-17. Disponível em:
<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-3996--Int.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. *In: BURKE, Peter. (org.). A escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Marilda Gonçalves; GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros; MALUF, Sônia Weidner. O conceito de gênero: um novo “coração de mãe” nas pesquisas sobre a mulher? *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, n. 13., 1989, Caxambu. **Anais [...]** São Paulo: ANPOCS, 1989. p. 1-33. Disponível em:
<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/13-encontro-anual-da-anpocs/gt-14/gt21-10>. Acesso em: 18 maio 2021.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. **Quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça interrogam as práticas curriculares: um olhar sobre o processo de co/construção das identidades no cotidiano escolar**. 2014. Tese – Doutorado em Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://ppge.educacao.ufrj.br/Teses2014/tpaulomelgaco.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. Os manuais de conduta e a escrita feminina no início do século XX: o que desvelam as narrativas? *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, n. 31., 2008, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2008. p. 1-15. Disponível em:
<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-4967--Int.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOUZA, Cecília de Mello e. Dos estudos populacionais à saúde reprodutiva. *In: BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2002.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Editora Expressão Popular, 2021.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. Karl Marx: contribuições para a investigação em História da Educação no século XXI. *In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.). Pensadores sociais e História da Educação*. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2007. p. 12-30.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século 19. **História da Educação**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 35-57, jan./jun., 1998. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720>. Acesso em: 13 maio 2021.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. São Paulo: Sundermann, 2008. (Série Marxismo e opressão).

VARGAS, Juliana Ribeiro de; XAVIER, Maria Luisa Merino. A feminilidade em discurso: mídias musicais contemporâneas produzindo modos de ser mulher e jovem. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 36., 2013, Goiânia. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2013. p. 1-17. Disponível em:

http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3106_texto.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.

VARGAS, Juliana Ribeiro de Vargas; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas. “Tá doidona”: a juventude como espaço de permissividades e experimentações. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, n. 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2015. p. 1-18. Disponível em: <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-GT23-4378.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>. Acesso em: 10 jun. 2021.

XAVIER FILHA, Constantina. “Qual destas moças é você?” O autoconhecimento produzido pelos testes da imprensa feminina – décadas de 50 a 70 do século XX. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, n. 29., 2006, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2006. p. 1-18. Disponível: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT23-2007--Int.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2020.

XAVIER FILHA, Constantina. A sexualidade feminina entre práticas divisoras: da mulher “Bela Adormecida” sexualmente à multiorgástica – imprensa feminina e discurso de professoras. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, n. 30., 2007, Caxambu. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2007. p. 1-15. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3297--Int.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2020.

XAVIER FILHA, Constantina; CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Relatório de atividades 2011/2012**: GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação. Campo Grande, 2012. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/gt23_relatorio_de_atividades_2011_2012.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90380>. Acesso em: 12 maio 2021.